

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO COMPETENTE: UM ESTUDO SOBRE A
REVISTA AGITAÇÃO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA.**

ANTÔNIO LUÍS RISSO

São Paulo

2009

ANTÔNIO LUÍS RISSO

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO COMPETENTE: UM ESTUDO SOBRE A
REVISTA AGITAÇÃO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho.

São Paulo

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Risso, Antônio Luís.

A construção do discurso competente : um estudo sobre a revista
Agitação do Centro de Integração Empresa- Escola. / Antônio Luís
Risso. / São Paulo : 2009.

122 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho, 2009.

Orientador: Celso do Prado Ferraz de Carvalho

1. Educação. 2. Discurso competente. 3. Produção do discurso. 4.
Perfil profissional. I- Carvalho, Celso do Prado Ferraz

CDU: 37

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO COMPETENTE: UM ESTUDO SOBRE A
REVISTA AGITAÇÃO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA.**

POR

ANTÔNIO LUÍS RISSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Presidente: Prof. Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Dr. – Orientador,
Uninove

Membro: Prof. Miguel Henrique Russo, Dr. - Uninove

Membro: Prof. João do Prado Ferraz de Carvalho, Dr. - Mackenzie

São Paulo, 20 de Maio de 2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

À Cidinha, esposa cuja presença em minha vida tem sido sempre de companheirismo e permanente incentivo;

Aos meus filhos Michelle e Eduardo, pelos incontáveis momentos de alegria em nossa vida e pelo apoio nesse trajeto.

AGRADECIMENTOS

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho pelas oportunidades de reflexão e aprendizagem: Carlos Bauer de Sousa, Celso do Prado Ferraz de Carvalho, Cleide Rita Silvério de Almeida, Elaine Teresinha Dal Mas Dias, Esther Buffa, Ivanise Monfredini, José Eustáquio Romão, José Gabriel Perissé Madureira, José J. Queiroz, José Luís Vieira de Almeida, Marcos Antônio Lorieri, Maria da Glória Marcondes Gohn, Miguel Henrique Russo, Paolo Nosela e Theresinha Azeredo Rios;

Aos colegas mais próximos, Paulo Roberto Rodrigues Simões, nosso representante discente, Eduardo Cordeiro de Souza, João Carlos Camolez, José Carlos Damasceno, Ladenilson José Pereira, Osvaldo Marques e especialmente Sandra Regina Gomes, com quem dividi momentos de incerteza e dificuldades;

Ao funcionário Edmundo Migliari Vieira, pelo profissionalismo, respeito e atenção nas demandas encaminhadas à Secretaria do PPGE da Universidade Nove de Julho;

Aos bibliotecários João Batista de Oliveira Souza e Waléria Barbosa M. Mendonça, da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pela preciosa atenção e pela peculiar solicitude, colocando à disposição desta pesquisa o acervo bibliográfico e as edições da revista Agitação.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao Professor Doutor Celso do Prado Ferraz de Carvalho sobretudo pela orientação deste trabalho e também pelo constante incentivo e companheirismo.

Aos Professores Doutores João do Prado Ferraz de Carvalho e Miguel Henrique Russo pelas valiosas contribuições que muito acrescentaram ao nosso trabalho final.

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa *A construção do discurso competente: um estudo sobre a Revista Agitação*, desenvolvida no âmbito da Linha de Pesquisa Políticas e Práticas Educacionais do PPGE da Uninove. Esses resultados cobrem um período que compreende a década 1993-2002, marcado por um amplo movimento de reformas políticas do Estado brasileiro, que gerou profundas modificações na normatização dos processos educacionais. A escolha da revista se justifica por ser ela um importante canal de comunicação do CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola –, vinculado à burguesia industrial, importante interlocutor nos debates sobre a educação no período. O nosso objetivo é compreender como a Revista Agitação contribuiu na produção do discurso competente tendo como foco o perfil profissional e um modelo de educação produzido sob a forma de “exigência”, “adequação”, “adaptação”. Assim, entendemos o CIEE e a Revista Agitação, como espaços de articulação e construção do movimento que a burguesia industrial paulista realiza com o objetivo de construir sua hegemonia.

ABSTRACT

This dissertation shows the results of the reserche *The construction of competent discourse: a study about the Agitação* edited by Centro de Integração Empresa-Escola, periodic developed at the Politic and Scholars Pratices Group of the PPGE of the Uninove. These results cover about ten years, that is, from 1993 to 2002, characterized for a great moviment of changes on the educational processes' regulating. The choose of the periodic is justified because the CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola – is an important comunication canal which belongs to the industrial burgess, an interlocutor in the discussion about education in the period. Our first objective is understanding how Agitação contributed in the production of the competent discourse emphasizing professional profile and educational model under words as “demand”, “adjustment”, “adaptation”. So, we understand that it is possible to analyse the institution CIEE and the periodic as the space of articulation and construction of the moviment that the paulista industrial burgess realize to construct his power.

SUMÁRIO

Introdução	11
------------	----

CAPÍTULO 1

A ideia de necessidade na relação capital e trabalho – polarizações sob a forma de “exigência”, “adequação” e “adaptação” na produção do discurso sobre educação e perfil profissional	27
--	----

A ideia de necessidade segundo o pertencimento institucional	48
--	----

CAPÍTULO 2

A revista Agitação no período 1993-2002	56
---	----

EDUCAÇÃO	63
----------	----

A missão do CIEE segundo a revista Agitação	63
---	----

A lógica da competitividade num cenário “sem conflitos”	68
---	----

A lógica da integração	70
------------------------	----

Perfil do leitor de Agitação	71
------------------------------	----

A universidade sob a lógica da “exigência” e da “adequação”	71
---	----

PERFIL PROFISSIONAL	87
---------------------	----

Ainda sob a égide da “exigência” e da “adequação”	87
---	----

Aprender a mudar e a correr riscos	92
------------------------------------	----

Conhecer a comunidade	93
-----------------------	----

Trabalho e estudo – iniciar cedo no mercado como uma “exigência”	93
Autogestão da carreira	94
Currículo e entrevista de emprego	98
Criatividade versus controle	100
Gerenciar e empreender	104
CAPÍTULO 3	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
Potencialidades para estudos futuros	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICE	118
Edições estudadas	118
Outras edições utilizadas	120

INTRODUÇÃO

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância.

Marilena Chauí

O presente trabalho é resultado de nossa pesquisa sobre a revista *Agitação*, periódico do CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola – e tem por objetivo analisar o discurso dessa publicação e sua contribuição para o processo de consolidação dos sujeitos sociais filiados à burguesia industrial paulista e, por conseguinte, para a construção de sua hegemonia política.

Suas instituições orgânicas são importantes atores no processo de manutenção do poder e de constituição do discurso ideológico que dá sustentação e legitimação a esse poder.

Diversos estudos realizados nos últimos anos mostraram o papel que essas instituições exerceram em momentos em que a construção dos interesses das classes dominantes implicava em mudanças nas formas de pensar e organizar o trabalho, em que os interesses das classes dominantes foram confrontados politicamente ou ainda em que os modelos de educação e as expectativas postas para a formação profissional dos trabalhadores estiveram em debate.

O trabalho de CARVALHO (2003) estuda a trajetória do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), organismo filiado à Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao lado do SENAI e Sesi. O estudo parte do discurso e ações desenvolvidas por esse organismo, analisando seus objetivos e missão histórica, para compreender as relações entre os interesses do setor produtivo e o conhecimento gerado na Universidade.

Já o estudo de ANTONACCI (1993) reconstitui a trajetória do Idort (Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho) no período de 1930 e 1945 e suas ações no sentido de difundir no espaço mais amplo da sociedade, em particular no espaço público, uma lógica que orientava as ações e as práticas da administração a partir dos pressupostos da razão instrumental do taylorismo. Utilizava o Idort de uma estratégia que se tornaria prática comum nas ações e na ideologia das classes dominantes: a tecnificação do discurso político e a tentativa de estabelecer como interesses nacionais os interesses das classes dominantes.

O clássico estudo de DREIFUSS (1981) apresenta uma rica investigação documental em que o papel de instituições como IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foram fundamentais no processo de desestabilização do governo de João Goulart em 1964.

Mais recentemente o estudo de RODRIGUES (1998) nos revela as ações da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e suas ações no sentido de interferir nos processos de formação dos trabalhadores.

Considerando que as instituições orgânicas da burguesia exercem um papel particular na construção das relações de poder entendemos que estudar essas instituições se apresenta como uma temática das mais relevantes. Nosso estudo está voltado para o discurso produzido pelo CIEE através da revista *Agitação*, publicação dirigida a estudantes da educação média e superior, que se apresentam como potenciais estagiários.

O CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) é uma instituição vinculada à FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo. Entendemos que a prática social desenvolvida pelo Centro é base para a produção de um discurso que procura estabelecer as relações entre o mundo

do trabalho e da educação em uma perspectiva que contempla os interesses mais imediatos da burguesia industrial nesse contexto social e político marcado por profundas transformações no mundo do trabalho e da educação.

Entre as diversas práticas desenvolvidas pelo CIEE, este estudo terá como foco o período 1993-2002. Escolhemos o periódico porque entendemos que a produção de uma revista dirigida especialmente ao estudante como potencial estagiário apresenta elementos importantes que ajudam a entender as expectativas que certos setores da burguesia projetam para a educação e a formação profissional dos trabalhadores.

Dessa forma, a delimitação desta pesquisa foi definida a partir dos seguintes elementos:

- 1) escolhemos o CIEE por sua significativa inserção nos espaços educacionais, especialmente o ensino superior;
- 2) recortamos a Revista Agitação, por seu papel na difusão do pensamento empresarial e, representando o CIEE, que realiza mediação na relação trabalho e educação por intermédio de suas práticas de seleção e encaminhamento de estagiários para o trabalho, demais práticas culturais (publicações, eventos, cursos, prêmios, fomentos) e, mais especificamente,
- 3) as edições do período 1993-2002 como fontes desta pesquisa, por coincidir com o período da última Reforma da Educação brasileira e de grande parte dos documentos oficiais sobre a educação.

Estudar o período que se estende de 1993 a 2002 se justifica por uma série de motivos. É um período marcado pela produção de um amplo material de caráter jurídico (leis e decretos, em particular a LDB 9394/96 e o Decreto 2.208/97) e doutrinário (documentos diretores e orientadores da educação infantil e dos ensinos básico e superior, as Diretrizes e os Parâmetros

Curriculares Nacionais), além de difundir ampla bibliografia sobre os novos conceitos introduzidos na área educacional, em especial o que toca na relação formação para o trabalho.

Tais documentos dificilmente podem ser avaliados com rotulações superficiais, já que – diante da perplexidade criada pelo novo cenário neoliberal e globalizado – se colocaram como uma proposta educacional, entendendo-se não como *uma* proposta entre outras possibilidades, mas, sim, como *única alternativa*, dada a falta de condições históricas para questioná-la ou rejeitá-la, num cenário discursivo construído a partir da ideia de “irreversibilidade” do movimento que se processava, sustentando um ideário de aceitação passiva de todas as mudanças vivenciadas e de impotência diante do real.

Toda essa produção se dá num Brasil recentemente democratizado, pós-ditadura (1964-1984), pós-constituente (1985-1988), num cenário marcado por:

- a) uma nova divisão internacional do trabalho e polarização da produção pela distinção entre os países do Norte e do Sul;
- b) uma opção pelo processo de modernização capitalista, de base tecnológica;
- c) novas estratégias e materialidade do aparato estatal e organização da sociedade civil, pela perda de direitos adquiridos no pós-guerra sob o desígnio de um Estado inspirado no Keynesianismo¹ e pelo

¹ O Keynesianismo, referência ao economista John Maynard Keynes, aqui está entendido como o Estado de Bem-Estar Social. Segundo Harvey (1998), o período de expansão de pós-guerra, de 1945 a 1973, pode ser chamado de fordista-keynesiano, caracterizado por um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. Ainda segundo Harvey, para Keynes, colocava-se o problema de “como chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam”. Harvey afirma também que “ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas

- consequente afastamento de suas responsabilidades nos setores de Seguridade Social (Previdência, Saúde e Educação);
- d) uma relação educação-produção específica, configurada já a partir do governo Collor (1989-1992).

Diz Neves (2000: 6) que

“no início de 1991, quando o Governo Collor entra na fase liberal-modernizante, a educação assume o papel de instrumento de aumento da competitividade da produção nacional diante da comunidade internacional, dentro dos parâmetros científicos e tecnológicos essenciais à terceira revolução industrial (Projeto de Reconstrução Nacional e Programa Setorial de Educação). Assim, o projeto liberal-corporativo social de Collor coloca explicitamente a educação a serviço da reprodução ampliada do Capital”.

No campo do Trabalho, o período que recortamos caracteriza-se por um movimento de descenso se comparado aos anos 1980 e medido quanto ao número de greves e à capacidade de mobilização das bases e a intensidade dos conflitos (GALVÃO, 2002), já que perdia sua combatividade num cenário de:

- a) abertura comercial e desregulamentação dos mercados que expôs os produtos nacionais à concorrência estrangeira, com impacto sobre a balança comercial;
- b) redução de postos de trabalho em decorrência de importações e processos de reestruturação de empresas privatizadas;
- c) perdas dos direitos do trabalho mediante reformas orientadas para o mercado (administrativa, previdenciária e trabalhista);

relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota” (p. 119, 124 e 125).

- d) questionamento sobre o papel dos sindicatos entendidos como entrave à liberdade de contratação e utilização da força de trabalho e sobre os “excessos” da lei, apontados como de alto custo para a produção.

A aprovação de todo o aparato legal e doutrinário produzido no período e sua difusão encaminham-se no sentido de atender às necessidades de um projeto cujas características, segundo RAMOS (2002) vinham sendo construídas a partir da década de 1980 dentro do que passou a ser denominado “modelo flexível de acumulação”, a saber:

- a) flexibilização da produção e reestruturação das ocupações;
- b) integração de setores da produção;
- c) multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores; e
- d) valorização dos saberes dos trabalhadores não ligados ao trabalho prescrito ou ao conhecimento formalizado.

Assim, a partir da última década do século XX, no Brasil, passa-se a explicitar o anseio pela adequação da educação às novas demandas da produção e, portanto, aos interesses do capital na preparação dos contingentes de profissionais, atendendo a uma tendência mundializada advinda com o processo de globalização². Essa educação sofre forte apelo

² “Todo processo de declínio econômico é sempre acompanhado por procura de justificativa convincente que exima de responsabilidades os principais agentes econômicos nele envolvidos. Nas duas últimas décadas [do século XX] o ‘caso inglês’, por exemplo, tem sido emblemático dessa ‘procura’: o governo, os empresários e até mesmo os sindicatos têm evitado acusações mútuas e buscado outros enfoques para explicar a perda de presença econômica do Reino Unido na ordem internacional. A incompatibilidade entre o peso político da Inglaterra nessa mesma ordem internacional e sua difícil realidade econômica exigiam, desde os anos 1970, o encontro de uma justificativa convincente para o declínio. No início dos anos 1970 o governo trabalhista Callaghan, depois de ensaiar uma ‘responsabilidade sindical’ para o declínio britânico (politicamente insustentável para o poder trabalhista da época), percebera que uma ‘explicação educacional’ possuía todas as condições para oferecer a mais suportável justificativa para o dramático declínio do desenvolvimento industrial no Reino Unido. O declínio econômico inglês estaria justificado pelo fracasso do sistema educacional, que gerava má qualificação da mão-de-obra, provocando portanto baixos índices de produtividade. O primeiro governo Thatcher herdou a ‘explicação

pela adoção de um novo referencial – o de competência, já adotado na década anterior pela Inglaterra, esboçando:

- a) a certificação por competência (focando o produto dos investimentos escolares) no âmbito da educação formal, inclusive com proposta de criar institutos de certificação;
- b) a formação do trabalhador, que deixa de ter como referência a qualificação para adotar o referencial da competência³;
- c) o modelo de capacitação de trabalhadores, financiado pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – concebido em termos de habilidades básicas, específicas e de gestão;
- d) o sistema nacional de avaliação da educação.

educacional' trabalhista e ampliou o seu alcance. Na verdade, os conservadores perceberam que a 'explicação educacional' oferecia uma base de legitimidade para uma completa revisão da balança do poder entre os três responsáveis pelo 'serviço' educacional britânico: o governo central, as autoridades locais e os professores. A explicação oferecia a legitimidade necessária para que o governo promovesse uma grande intervenção em todo o processo educacional, ou, como apontou um cuidadoso estudo, a explicação educacional para o declínio britânico 'avalizava uma grande reforma curricular na Inglaterra'." Leonardo Trevisan. *Educação & Trabalho – as receitas inglesas na era da instabilidade*, p. 192.

³ RAMOS (2002) sustenta, com apoio em Yves Schwartz, a existência de três dimensões do conceito de qualificação, a saber: (a) a **conceitual**: qualificação como função do registro de conceitos teóricos formalizadores e dos processos de formação, associando-a ao valor dos diplomas; (b) **social**: qualificação no âmbito das relações sociais que se estabelecem entre os conteúdos das atividades e o reconhecimento social dessas atividades, remetendo-as às grades de classificação coletiva; (c) **experimental**: conteúdo real do trabalho em que se inscreve o conjunto de saberes (incluindo os tácitos), em jogo na realização do trabalho, esta como eficiência produtiva. **Schwartz** vê a dimensão conceitual da qualificação em função do registro de conceitos e processos formais de escolarização e profissionalização. Essa dimensão relaciona-se à formação e ao diploma (ao nível dos conceitos e do conhecimento), entendendo o diploma como interface entre formação e emprego, garantindo qualificação, status, remuneração. Mas questiona se garantiria a competência. Daí o diploma deixar de ser o único ou principal pressuposto para o emprego concorrendo com formações ditas qualificantes que visam a adaptação ao emprego. O debate segue também em torno das relações sociais e da luta pelas condições de trabalho, de emprego, de carreira e de remuneração, de um lado, apontando (a) as relações sociais entre conteúdo da atividade e reconhecimento da qualificação e (b) a relação qualificação e sistemas/grades de classificação dos empregos e salários do tipo CBO do Brasil e, de outro, discorrendo que em qualquer método de classificação a remuneração mantém-se ligada ao emprego e não ao valor individual do assalariado ao que se pode relacionar a dimensão social da qualificação de Schwartz (relação entre conteúdo das atividades e reconhecimento social dessas atividades).

HARVEY (1998), analisando as características do *fordismo*⁴ e do *modelo flexível de acumulação*⁵, fala da abundância de sinais de modificações nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas e nas práticas do Estado. Lembrando que “*as regras básicas do modo capitalista de produção continuam a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico*”, apresenta duas dificuldades:

- a) as qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços decorrentes da ação do Estado e de pressões de outras instituições (religiosas, sindicais, patronais e culturais), de controle de salários e preços e advindas da propaganda que muda as necessidades e desejos e induz a incorporação de novos conceitos;
- b) necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número de capitalistas, o que implica a capacidade de homens e mulheres realizarem um trabalho ativo num

⁴ Para HARVEY (1998), o fordismo tem início em 1914 com a introdução, por Henry Ford, do dia de 8 horas a cinco dólares, da linha automática de montagem de carros em Dearbor, Michigan. O fordismo é comumente referido como fordismo-taylorismo. F. W. Taylor descreve como a produtividade do trabalhador podia ser aumentada pela decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento. A distinção, entretanto, entre o fordismo e o taylorismo se manifesta na visão de Ford de que a produção de massa significava consumo de massa, novo sistema da força de trabalho, nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, novo modelo de sociedade democrática, racionalizadora, modernista e populista.

⁵ A Acumulação Flexível, segundo Harvey, nascida a partir da recessão de 1973 e por um processo de reestruturação econômica e reajustamento social e político, caracteriza-se por um confrontar-se com a rigidez do fordismo e pela flexibilidade dos processos produtivos, dos mercados de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo, pela criação de novos setores de produção, novos mercados, novas formas de oferta de serviços financeiros, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Caracteriza-se por rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual (entre setores, regiões geográficas), criando um movimento no emprego denominado Setor de Serviço e conjuntos industriais novos em regiões subdesenvolvidas; compressão do espaço-tempo no mundo capitalista dada pelo estreitamento temporal da tomada de decisões em âmbito público e privado e pelas comunicações (via satélite e transportes), maiores pressões sobre o controle do trabalho (registrando enfraquecimento da força de trabalho por surtos de deflação e desemprego nos países capitalistas avançados com exceção do Japão, retrocesso do poder sindical,

processo produtivo passível de apropriação pelos capitalistas, capacidade que engloba concentração, autodisciplina, familiarização com instrumentos de produção que precisa renovar-se a cada geração de trabalhadores que se incorpora à força de trabalho, conhecimento das potencialidades das matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis, a disciplinação dessa força de trabalho (que é controle de trabalho), envolvendo cooptação e cooperação mas também repressão e, por fim, a socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista, que envolve o controle social das capacidades físicas e mentais.

Nesse contexto, o problema inicial que orientou a exploração dos textos publicados pela revista *Agitação* foi como o CIEE contribuiu, no período de 1993 a 2002, para a produção de um perfil de trabalhador específico e, por intermédio da revista *Agitação*, para a produção de um discurso sobre a relação trabalho-educação, que expande esse perfil para os trabalhadores em geral.

Nossa hipótese, assim, é a de que o CIEE e a Revista *Agitação* produzem a imagem de lugares sociais que, autorizados pelo discurso competente e por sua institucionalidade, desenharam as “exigências” que definem o perfil do trabalhador e desenharam também as necessidades de “adequação” do modelo educacional, para estagiários e, por conseguinte, para trabalhadores. Esses lugares sociais, em geral, são aqueles dos chamados departamentos de Recursos Humanos.

Essa hipótese foi sendo formulada à medida que realizamos o trabalho exploratório de cinco dezenas de volumes da revista *Agitação*. A leitura das 48 edições em que nos baseamos para a presente pesquisa não seguiu uma

reestruturação do mercado de trabalho, volatilidade do mercado, aumento da competição, estreitamento das margens de lucro, contratos de trabalho flexíveis.

ordem linear, conforme sua disponibilidade nas bibliotecas de que nos servimos.

Na primeira etapa de levantamento, estudamos as seguintes edições:

- 30 – outubro-dezembro de 1999;
- 31 – janeiro-fevereiro de 2000;
- 32 – março-abril de 2000;
- 33 – maio-junho de 2000;
- 34 – julho-agosto de 2000;
- 35 – setembro-outubro de 2000;
- 36 – novembro-dezembro de 2000;
- 38 – março-abril de 2001;
- 39 – maio-junho de 2001;
- 40 – julho-agosto de 2001;
- 41 – setembro-outubro de 2001;
- 42 – novembro-dezembro de 2001;
- 43 – janeiro-fevereiro de 2002;
- 44 – março-abril de 2002;
- 45 – maio-junho de 2002;
- 46 – julho-agosto de 2002.

Também as edições 55 (jan-fev/2004) e 60 (nov-dez/2004), que, embora estivessem fora do leque recortado no período 1993-2002, por sua relevância relativamente às informações sobre a instituição CIEE, foram também selecionadas para leitura, tendo sido consideradas nesta pesquisa.

Nesse primeiro momento de nosso estudo, fizemos extrações de informações variadas. Ao reler o conjunto dessas informações, procurando regularidades que pudessem orientar esta pesquisa, quatro categorias se apresentaram – (1) *Terceiro Setor*, (2) *Brasil*, (3) *Educação* e (4) *Perfil Profissional* –, conforme mais adiante especificaremos.

Já na segunda etapa, dada a amplitude implicada, havíamos decidido descartar dos quatro temas acima descritos, os itens (1) e (2). Assim, nosso trabalho exploratório neste segundo momento foi seletivo, extraindo anotações somente sobre os temas (3) e (4), ou seja, *Educação e Perfil Profissional*.

A segunda etapa de exploração deu conta das edições abaixo discriminadas:

- 05 – setembro-outubro de 1993;
- 06 – novembro-dezembro de 1993;
- 07 – janeiro-fevereiro de 1994;
- 09 – maio-junho de 1994;
- 12 – novembro-dezembro de 1994;
- 14 – março-abril de 1995;
- 15 – maio-junho de 1995;
- 16 – julho-agosto de 1995;
- 17 – setembro-outubro de 1995;
- 18 – novembro-dezembro de 1995;
- 19 – janeiro-fevereiro de 1996;
- 21 – novembro-janeiro de 1997;
- 22 – fevereiro-abril de 1998;
- 23 – maio-julho de 1998;
- 24 – agosto-outubro de 1998;
- 25 – novembro-janeiro de 1999;
- 26 – janeiro-fevereiro de 1999;
- 27 – março-abril de 1999;
- 28 – maio-junho de 1999;
- 29 – julho-setembro de 1999.

Como as edições restantes não estivessem acessíveis no arquivo da Puc-Campinas, onde encontramos a maior parte das unidades da revista *Agitação*, recorreremos à biblioteca do CIEE, localizada em sua sede, em São Paulo, na rua Tabapuã, 454.

Nesta terceira etapa de exploração das edições da revista *Agitação*, encontramos as edições descritas a seguir:

- 01 – janeiro-fevereiro de 1993;
- 02 – março-abril de 1993;
- 03 – maio-junho de 1993;
- 04 – julho-agosto de 1993;
- 08 – março-abril de 1994;
- 10 – julho-agosto de 1994;
- 11 – setembro-outubro de 1994;
- 13 – janeiro-fevereiro de 1995;
- 20 – março-abril de 1996;
- 37 – janeiro-fevereiro de 2001;
- 47 – setembro-outubro de 2002;
- 48 – novembro-dezembro de 2002.

Com isso, concluímos a leitura exploratória das edições 1 a 48, cobrindo o período já mencionado de janeiro/fevereiro de 1993 a novembro-dezembro de 2002, abrangendo um universo de 2.278 páginas publicadas, acrescidas especificamente e apenas das edições nº 55, de janeiro/fevereiro de 2004, e nº 60, de novembro-dezembro do mesmo ano.

Retomamos aqui o que se nos apresentou como problema para esta pesquisa: como se dá esse processo de produção de uma imagem de lugares sociais autorizados pelo discurso competente que se permitem precisar as, assim chamadas, “exigências” do mercado de trabalho, tanto para o estagiário

como para o trabalhador e, por conseguinte, para os atores que atuam nos segmentos educacionais.

Dado que a revista *Agitação* é um veículo de difusão de ideias e práticas sociais referentes à relação formação-trabalho e, portanto, dada sua condição de formadora de opinião, nossa pesquisa deparou-se com a complexidade de estudar o processo de produção de um discurso sobre essa relação. Isso nos levou a destacar os enunciados que na Revista expressam princípios e concepções relacionados com esses temas.

Embora não tenhamos tido a preocupação de realizar uma pontuação rigorosa das colunas que a Revista mantém nos dez primeiros anos de sua publicação, já que não é esse o foco de nossa pesquisa, podemos mencionar, no período pós-1997, a partir da edição nº 21, a preponderância das seguintes colunas: *Cartas, Entrevista, Empresas, Escolas, Mercado, Profissões, Serviços, Comportamento, Capa, 3º Setor, Prêmio, Parceria, Opinião, Ponto de Partida, Eventos, Notas, Leitura, Gerais, Gol de Letra, Outras Palavras, Novas Idéias, Especial, Campanha, CIEE no Brasil, Atualidades, Destaque e Análise*. Essas aparecem com incidência constante nas edições. Outras, porém, surgem esporadicamente: *C&T ou Tecnologia, Perfil, Oportunidade, Carreira, Seu Estágio, Expo CIEE, Eventos, Perfil* e outros que poderiam ser abrigados sob a denominação de “Debate”, com identidade específica: *Artigo, Pesquisa, Globalização, Perspectivas, Cidadania, Fórum, Economia, Energia e Internet*.

Assim, a leitura dos volumes 1 a 48 da revista *Agitação* orientou-nos para ambos os temas relacionados à relação formação-trabalho e suas respectivas abordagens. O processo de investigação seguiu a sequência de apresentação dos textos em cada edição, o que permitiu observar em algumas edições a recorrência dos assuntos tratados nos textos do mesmo

número/edição bem como certa importância atribuída pela Revista a esses assuntos.

Podemos sintetizar o que encontramos em quatro categorias, a saber: (1) o 3º *Setor*, em que a Instituição CIEE se mostra, seja por sua institucionalidade (missão, visão, objetivos, ações sociais), seja pelos programas educacionais e culturais que mantém; (2) *Brasil*, que evidencia os temas emergentes da realidade nacional; (3) *Educação*, por meio da qual o CIEE promove o debate sobre a educação no Brasil, com enfoque específico ligado a suas características institucionais, isto é, a partir de sua perspectiva institucional de pertencimento; e, por fim, (4) *Perfil Profissional*, pelo qual a Revista procura desenhar os perfis “exigidos” do profissional, abrangendo neste conjunto temas como mercado de trabalho, profissões em destaque, elementos comportamentais do estagiário e formação. Desses temas, destacamos os dois últimos.

Conforme já anunciado, analisamos as edições 1 a 48, compreendendo o período de uma década, mais especificamente de 1993 a 2002. Embora tenha um pequeno vácuo de publicação nesse período, a Revista é publicada regularmente com periodicidade bimestral, por vezes trimestral, estando hoje em seu 85º número (jan-fev/2009) e possui uma tiragem de 85 mil exemplares.

Após esta introdução, apresentamos a seguir os resultados de nossa pesquisa. No capítulo 1, faremos uma breve fundamentação teórica, adotando para nosso estudo elementos da Análise de Discurso. De Dominique Maingueneau, apropriamo-nos do conceito de pressuposto, com o qual analisamos enunciados extraídos da revista *Agitação*, constituindo-se em parâmetro orientador para a leitura das demais edições estudadas. De Michel Pêcheux, utilizamos sua estruturação das *formações imaginárias*. Através dessas formações imaginárias, pudemos estruturar antecipações passíveis de

formulação pelos lugares sociais postos em jogo no processo de produção do discurso da revista *Agitação* – tanto no espaço e tempo do processo de formulação/publicação como no espaço e tempo do processo de leitura. Já com base em Marilena Chauí, fomos buscar o conceito de *discurso competente*, procurando mostrar como ele produz o perfil profissional do estagiário, que, no caso da revista *Agitação*, apresenta-se sob a forma de ‘exigências’ de comportamentos e de saberes, num processo em que os lugares sociais dessa produção estão autorizados a desenhar, sob a forma de ‘adequação’ e ‘adaptação’, o modelo de educação coerente com tal perfil profissional.

Já no capítulo 2 sistematizamos e analisamos as informações coletadas sob a égide das duas categorias mencionadas – Educação e Perfil Profissional – que se manifestaram com grande incidência nas edições estudadas na presente pesquisa.

Nesse capítulo, tratamos de expor os enunciados referentes à categoria Educação, que serviram de base para nossa análise, subdividindo-se em:

- (1) A missão do CIEE segundo a revista *Agitação*;
- (2) A lógica da competitividade num cenário “sem conflitos”;
- (3) A lógica da integração;
- (4) Perfil do leitor de *Agitação* e
- (5) A universidade sob a lógica da “exigência” e da “adequação”.

Ainda no capítulo 2, apresentamos os enunciados analisados relativos à categoria *Perfil Profissional*, que foram dispostos segundo a subdivisão a seguir:

- (1) Ainda sob a égide da “exigência” e da “adequação”;
- (2) Aprender a mudar e a correr riscos;
- (3) Conhecer a comunidade;

- (4) Trabalho e estudo – iniciar cedo no mercado é mais uma “exigência”;
- (5) Autogestão da carreira;
- (6) Currículo e entrevista de emprego;
- (7) Criatividade versus controle; e
- (8) Gerenciar e empreender.

Por seu turno, o capítulo 3 apresenta as conclusões desta pesquisa como também as potencialidades de eventuais estudos futuros.

No apêndice, figuram na sequência cronológica as 50 revistas estudadas, período e ano de publicação e respectivo número de páginas.

Capítulo 1

A IDEIA DE NECESSIDADE NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO – POLARIZAÇÕES SOB A FORMA DE “EXIGÊNCIA”, “ADEQUAÇÃO” E “ADAPTAÇÃO” NA PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE PERFIL PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO

Em nossa atividade exploratória das edições 1 a 48 da revista *Agitação*, notamos de imediato que as cartas de leitor publicadas constituíam-se de um constante aplauso às matérias publicadas no Periódico, denotando adesão e anuência dos correspondentes às matérias comentadas.

O mesmo se pode dizer dos depoimentos de ex-estagiários sobre a importância do estágio para a vida profissional, que repetem o dizer institucional do CIEE – organização cuja finalidade é fomentar a realização estágios, tendo de um lado a empresa e, de outro, o estudante médio e universitário. Para citar alguns exemplos de como esses depoimentos são parafrásticos⁶, selecionamos alguns deles retirados da edição nº 43 (jan-fev/2002), que reproduzem valores institucionais difundidos na Revista. Vejamos:

- (a) *“Essa experiência tem agradado tanto que ele já escolheu a área como sua carreira futura”* (MJS, p. 18);
- (b) *“A experiência no estágio também direcionou a escolha profissional de A.R., de 23 anos, estudante do quinto ano de Direito (...) Para tanto, ela tem aproveitado bastante sua atuação como estagiária (...)”*

⁶ “O processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas (matriz da linguagem). O processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem)”. Eni Orlandi. *Discurso & Leitura*, p. 20.

analisando contratos internacionais. Detalhe: a maioria dos contratos é em inglês, que ela domina fluentemente". (p. 19)

(c) *"Eu não tinha noção do mercado e só comecei a conhecê-lo por causa do estágio. Ela explica que entrou na empresa para ser digitadora temporária por 15 dias e que na época não havia estagiários em RH. Acabei sendo escolhida para fazer o estágio e inaugurar a função aqui." (S.T.C., p. 19)*

(d) *"Para a assistente de RH da Schahin, Karla Pereira Florentino, o estágio também foi sua chance de iniciar uma carreira profissional." (p. 19)*

Já os editoriais da Revista constituem mais uma apresentação dos temas destacados em cada edição, não explicitando propriamente um posicionamento, como é de se esperar nesse tipo de texto.

Essas observações são dignas de menção, ainda que sejam previsíveis práticas de filtro editorial da Revista, pois Agitação é uma das publicações do CIEE e, dado esse vínculo de pertencimento, deve-se supor a existência de uma política de produção da imagem e do ofício institucionais⁷.

A partir dessa constatação, autorizamo-nos a adotar um olhar crítico. Desse modo, passamos a procurar elementos que fugissem ao controle editorial e passassem a revelar eventuais tensões, contradições e

⁷ Do ponto de vista institucional, o discurso produzido é determinado por parâmetros como os que seguem: *o que se pode dizer/ o que não se pode dizer / o que se deve dizer/ o que não se deve dizer*. Em ORLANDI (1996), temos: "As formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dadas. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica. Por exemplo: o sentido da palavra 'abertura' é diferente para os que estão no poder e para a 'oposição'". Discurso & Leitura, p. 18.

desconcertos institucionais, enfim, marcas do discurso outro⁸, de interdiscurso.

Antes de seguirmos em nossa exposição, consideramos oportuno relatar que os textos veiculados em *Agitação* – em torno do ideário do estágio, do perfil profissional, do modelo de educação produzido – trazem uma dificuldade: diferenciar o dizer da Revista, do CIEE e o dizer dos lugares sociais dos sujeitos a que *Agitação* recorre em suas publicações sob a forma de intertextualidade (citação, depoimento, artigo assinado e congêneres), apesar de serem atribuídos os respectivos créditos. Assim, em nossa análise esses dizeres foram tomados como sendo de um sujeito ideológico e, por conseguinte, dada a sua recorrência e repetição, como sendo do mesmo locutor⁹.

Essa postura na exploração dos textos publicados na revista *Agitação* encontrou, assim, apoio em alguns elementos da Análise de Discurso que ajudaram na procura de dados. Partimos especialmente do *pressuposto*, que,

⁸ “Esta tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem. Aí se situa a relação entre a variação, a multiplicidade inerente à linguagem e a sua contenção (institucional). Expressa-se assim o conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado, e aquilo que, no domínio do múltiplo, tem de se garantir, se legitimar, se institucionalizar. A polissemia é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado. Esta tensão básica, vista na perspectiva do discurso, é a que existe entre o texto e o contexto histórico-social: porque a linguagem é sócio-historicamente constituída, ela muda; pela mesma razão, ela se mantém a mesma. Essa é a sua ambigüidade.” Eni Orlandi, op. cit., p. 20.

⁹ Pareceu-nos esclarecedora e oportuna esta reflexão de Maria Virgínia Borges: “A voz que ecoa na voz do locutor é a voz do enunciador ou sujeito ideológico. Esta voz está na dimensão do imaginário ou do interdiscurso, que regula e desestabiliza, ao mesmo tempo, as fronteiras da formação discursiva à qual o locutor está filiado. A voz que unifica as diversas vozes que constituem o discurso é a voz do locutor, que se manifesta em/na dimensão do intradiscurso, concretamente realizado nas seqüências discursivas que ordenam o processo discursivo. Podemos observar esse funcionamento discursivo em discursos como o da Qualidade Total (Discurso da Qualidade Total - DQT), divulgado pela Folha de São Paulo em 1994, através do suplemento Qualidade Total. Nesse discurso o SEBRAE/FOLHA se apresentam como “o locutor” do discurso. Como tal, esse locutor é a voz que assimila uma diversidade de vozes, dissimuladas na voz do enunciador (sujeito ideológico) que representa historicamente uma formação discursiva identificada por nós como sendo a formação discursiva do matricial, a qual denominamos de formação discursiva do mercado”. *A déixis discursiva: formas de representação do sujeito, do tempo e do espaço no discurso*. Revista do GELNE. vol. 2, n.º 2, 2000.

segundo MAINGUENEAU (1996), é “*uma inferência inscrita no enunciado independentemente da variedade de seus eventuais contextos enunciativos*”¹⁰

Em Agitação nº 41 (set-out/2001), por exemplo, temos a entrevista com o então reitor da Universidade de São Paulo (USP), Adolfo Melfi, em que a seguinte pergunta lhe é apresentada pela Revista:

Pergunta: Como está a relação da universidade com a realidade do setor produtivo – as empresas? De que forma as universidades estão investindo para antecipar soluções, tanto no campo de pesquisa e ciência como no da formação de professores que atendam às futuras demandas de mercado para o desenvolvimento do País?

Da pergunta acima, foi possível formular o pressuposto seguinte: “há uma relação entre a universidade e o setor produtivo (as empresas)”. E mais: que essa relação supõe que a pesquisa/ciência e a formação de professores atendam a demandas de mercado.

A resposta do entrevistado pauta-se, entretanto, nos seguintes termos:

“A universidade transforma o aluno recém-chegado do ensino pré-universitário em profissional altamente qualificado. Não há passo maior para o desenvolvimento dos indivíduos e da própria sociedade, pois o cidadão bem preparado poderá interagir com o Estado, participar dos debates e oferecer soluções inovadoras. Para isso, no entanto, é preciso o comprometimento com a sociedade e a consciência de que em todas as áreas do conhecimento – da biologia molecular à filosofia – o saber deve visar ao bem social, pois a velocidade dos avanços técnico-

¹⁰ Dominique Maingueneau. *Elementos de Lingüística para o texto literário*, p. 95.

científicos e das transformações sociais impõe maior urgência na solução dos problemas.”

Como a resposta acima reproduzida não considera uma dita relação entre Universidade e Setor Produtivo, entendemos que aí se encontra um foco de tensão, especialmente sobre o papel da universidade brasileira.

Ao pressuposto da pergunta sobre “a relação entre a universidade e o setor produtivo”, a resposta assenta-se sobre a “interação com o Estado e o comprometimento com a sociedade visando ao bem social”. Ou seja: um choque de concepções sobre o papel da Universidade no contexto nacional: de um lado, uma concepção pragmática, que visa colocar os sujeitos sociais envolvidos dentro de uma cadeia de causalidade, em que o foco seria o desenvolvimento do país por via indireta, ou seja, uma vez atendida a demanda do mercado, atribuindo um sentido pragmático à Universidade; de outro lado, uma concepção de Universidade fundamentada em suas dimensões política, científico-tecnológica e sociológica.

Da análise do contexto acima descrito, uma vez que a resposta do entrevistado não confirma a existência de uma relação entre Universidade e Setor Produtivo nos termos da pergunta – entendemos ser pertinente reduzir o pressuposto –

Pressuposto: [“há uma relação entre a universidade e o setor produtivo”]

– a uma forma alterada que melhor expressa o ponto de vista da Revista, a saber:

Pressuposto’: [“deve haver uma relação entre a universidade e o setor produtivo”].

Esclarecemos que o caráter *hipotético-condicional* do verbo “dever” – uma das possibilidades de leitura para essa unidade lexical – foi descartado na análise da pergunta em questão. Ao contrário, consideramos o de *obrigatoriedade*, que pareceu equivalente a “como está a relação da universidade com a realidade do setor produtivo”. Ou seja: uma relação que “deve existir” do ponto de vista externado na pergunta da revista *Agitação*, mas que no contexto da entrevista não é consensual, ao contrário é tensa, dando-nos o ponto de partida para nossa pesquisa.

Assim, com o auxílio do dispositivo do pressuposto, foi possível passar a olhar para os textos da revista *Agitação* de modo a interrogar sobre a existência de um projeto de Educação difundido pelo CIEE, através da revista *Agitação*, nos termos acima explicitados.

Antes de passar para a análise de outro elemento, cumpre observar, por ora, que a afirmação e eventualmente a aceitação de uma possível relação – embora esta última não tenha ocorrido no diálogo estudado – contribuem simbolicamente para a produção de um tipo particular de relação entre Universidade e Mercado.

Já na revista *Agitação* nº 32 (mar-abr/2000), no artigo “Universidade pública e particular: pensar e agir para o futuro”, lê-se:

“No contato diário com as empresas, o CIEE percebe que o mercado de trabalho não tem favorecido as áreas de conhecimento (humanas, exatas e biológicas) e seus respectivos cursos, porque as atividades profissionais estão cada vez mais interligadas e o que conta é a preparação geral do indivíduo: formação acadêmica (generalista), cultura geral, dinamismo, facilidade para trabalhar em grupo, flexibilidade e experiência internacional.” Nesse panorama,

como ficam os cursos tradicionais e a proliferação de novos cursos e especializações?”

Aqui, igualmente ao que fizemos acima, é preciso analisar a pergunta destacada. A nosso ver, não se trata de uma pergunta visando a uma resposta, mas de uma pergunta retórica, cuja resposta está inscrita na própria pergunta. Disso resulta que para –

[Nesse panorama, como ficam os cursos tradicionais e a proliferação de novos cursos e especializações?]

– temos:

[Nesse panorama, os cursos tradicionais e a proliferação de novos cursos e especializações não podem ficar como estão].

Ou seja, a pergunta retórica faz ecoar uma resposta única.

O mesmo artigo ainda faz referência ao CIEE e a seu papel de colaborador “*com a universidade, ajudando na **adequação** dos currículos às **exigências** profissionais*” (Agitação nº 32 mar-abr/2000, p. 40, col. 1 e 2, grifos nossos).

No tocante à configuração do perfil profissional dos estagiários, item a que a revista Agitação muito se dedica, alguns exemplos podem ser verificados a seguir, com nossos grifos:

- a) “*Para fazer parte do programa de estágios, o Personnalité Itaú **exige** que os estudantes tenham como característica habilidade de relacionamento pessoal e criatividade, além de muito entusiasmo e*

interesse em se desenvolver na área financeira.” (Agitação nº 30, out-dez/1999, p. 12)

- b) *“Mudar: **exige** novas posturas dos estudantes e recém-formados. Buscar o trabalho em empresa aberta, voltada para um processo e não para uma função, que esteja voltada para o cliente e o mercado e não para a produção e tecnologia, uma empresa que teste suas idéias e as patrocine, onde a sua chance de crescer seja maior.” (Agitação nº 30, out-dez/1999, coluna Comportamento, voz do consultor em inteligência estratégica da ESPM)*
- c) *“O mercado **exige** dos profissionais atualizações constantes. O que não se esperava é que uma técnica aplicada há quase 2.500 anos fosse requisito para a inserção dos estagiários nas empresas.” (Agitação nº 39, mai-jun/2001, p. 18, coluna Serviços, referindo-se a um boa comunicação verbal)*

O mesmo ocorre com a ideia de “adequação/adaptação”. Vejamos pelo menos um exemplo, cuja extensão se justifica por precisar o contexto em que figura essa ideia de adequação que queremos destacar (os grifos são nossos):

*“Esse é o segredo do profissional moderno. Hoje, o que ele faz fora do horário de serviço também determina sua **aceitação** no mercado de trabalho e seu conseqüente sucesso. Um exemplo: quem dedica o tempo livre indo a museus está investindo na carreira ao obter informações que contribuirão com seus conhecimentos gerais, um fator importante para a boa formação cultural.*

Essa realidade fica evidente durante os processos seletivos a que os candidatos se submetem para concorrer a uma vaga nos

*programas Trainees. Oportunidade para que os jovens possam criar responsabilidade em relação a sua carreira, esses programas são utilizados por grandes empresas para treinar o estudante ou o recém-formado nos conhecimentos específicos da área em que irá atuar, **adaptando-o** à política, cultura e estrutura da organização.”* (Agitação nº 30, out-dez/1999, p. 20, coluna Mercado – “O perfil dos candidatos aos programas trainees” – Como conseguir se dar bem nos processos seletivos destas disputadas vagas)

Depreende-se dos exemplos acima dispostos, os sujeitos sociais seguintes: o Mercado (representado pelo empresariado, que, no caso em estudo, utiliza a mão-de-obra de estudantes em processo de formação), o Estágio (representado pela mão-de-obra de estudantes em fase de formação média e superior) e, por seu turno, o CIEE (que, enfim, realiza a mediação entre aqueles sujeitos sociais, gerindo o contrato e as condições de oferecimento do estágio).

Por seu turno, o CIEE figura como mediador dos demais sujeitos sociais. Enfatizamos que essa organização – ligada à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – externa o ponto de vista do Mercado ao difundir suas práticas de colocação de estagiários em postos de trabalho e as ditas “exigências” para o sucesso desses estagiários através da revista Agitação.

Dessa forma, tendo em conta o discurso produzido pela revista Agitação sobre um conceito de Educação pautado por uma relação necessária (“obrigatória”) entre Universidade/Setor Produtivo e o perfil do estagiário “exigido” pelo mercado, passamos a orientar nossa leitura crítica para essas duas categorias: Educação e Perfil Profissional. Dada a implicação dos elementos linguísticos “obrigatoriedade”, “adequação”,

“exigência” e “adaptação”, que influem na caracterização daqueles sujeitos sociais, entendemos ser relevante lançar mão de outros elementos da Análise de Discurso, que pudessem orientar nossa leitura e os critérios de seleção das informações relevantes para a pesquisa, bem como para estruturar nossas análises.

Depois dessas constatações, reiteramos nosso método de exploração dos textos que a Revista publica: a busca de indícios de tensões e contradições, ou seja, de discurso outro, de interdiscurso.

O primeiro obstáculo que encontramos foi como tratar textos com grande incidência de concepções harmônicas e homogêneas. A Revista compõe-se proeminentemente de cartas de leitores, de atores tomados como referências profissionais pelo lugar social que ocupam no mundo produtivo ou, mais especificamente, no interior de suas organizações produtivas.

Diante desse cenário, Pêcheux e suas formações imaginárias¹¹ se apresentaram como referencial teórico para fundamentar nossa análise. Superando o caráter transmissivista da teoria da Informação/Comunicação (S-O-R – estímulo-organismo-resposta), Pêcheux prefere o termo *discurso* (em lugar de *mensagem*, próprio da Teoria da Comunicação), afirmando que entre os pontos A e B – que designam lugares e não indivíduos – há efeitos de sentido. Para exemplificar, o autor utiliza elementos como o interior da esfera da produção econômica: os lugares do ‘patrão’ (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário), marcados por propriedades diferenciais determináveis.

Para Pêcheux,

¹¹ Michel Pêcheux. Análise automática do discurso (AAD-69) in F. Gadet e T.Hak (orgs.). Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux, p. 81-84.

“o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)”.

Para ORLANDI (1996)¹², compõem as condições de produção do discurso:

‘Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que se chama relação de forças¹³ no discurso. (...) Finalmente, compõe também a estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor. Esse mecanismo regula a possibilidade de respostas e dirige a argumentação: são as antecipações”.

Assim são designadas as formações imaginárias desenhadas por Pêcheux:

¹² Eni Orlandi. Discurso & Leitura, p. 18.

¹³ A autora, na mesma obra citada ainda afirma: “Pelos Relações de força, podemos dizer que o lugar social dos interlocutores (aquele do qual falam e lêem) é parte constitutiva do processo de significação. Assim, o(s) sentido(s) de um texto está(ão) determinado(s) pela posição que ocupam aqueles que o produzem (os que o emitem e o lêem).” Eni Orlandi, Discurso & Leitura, p. 12.

**A POSIÇÃO DOS PROTAGONISTAS
NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO**

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A { I A (A) I A (B)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B { I B (B) I B (A)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

**O REFERENTE
NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO**

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
I A (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
I B (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Dessa forma, podemos analisar o discurso da revista *Agitação*, tendo em conta as formações imaginárias e outras condições de produção do discurso (espaço-tempo da enunciação, lugar social dos enunciadores e suas posições) que entram em jogo e que contribuem para a construção dos sentidos.

Com um discurso produzido e embasado nas “exigências” do mercado, as vozes que falam por esse mesmo mercado constituem-se em lugares sociais privilegiados, carregados da força de sua institucionalidade. O mercado – as grandes organizações, as empresas, os postos de comando e de gerenciamento de pessoas – falam nos textos através de seus representantes empíricos, em geral gerentes de Recursos Humanos. E mais, muitos deles, provavelmente a sua quase totalidade, são ex-estagiários encaminhados pelo CIEE, alguns dos quais tornando-se integrantes do próprio CIEE.

Retomando os exemplos mencionados nas páginas 33 e 34, destacamos que, de um lado, estão os sujeitos sociais que fazem exigências, no caso o *Personnalité Itaú, o Mercado*, através de lugares sociais situados dentro de estruturas organizacionais. Do outro lado, os estudantes, os profissionais. Observamos apenas que, ao falar em Mercado, consideramo-lo como uma realidade não homogênea. Certamente haverá empresários que entendam as exigências colocadas como necessárias, outros nem tanto, talvez mesmo haja aqueles para quem essas exigências nem são relevantes. Assim, o discurso produzido em *Agitação* procura também tornar universalizada no meio empresarial uma homogeneidade inexistente, ou melhor, existente sob a forja do discurso.

A partir daí se pode projetar, com base nas formações imaginárias de Pêcheux, tomando-se como referência o espaço-tempo da *produção material*

dos textos da revista Agitação bem como os enunciadores e suas posições (A).

Consideremos:

A = o complexo constituído pela revista Agitação, que fala em nome do CIEE e este, por sua vez, em nome do Mercado, através dos referidos lugares sociais ocupados na estrutura das organizações.

B = o sujeito social Estágio, constituído pelo leitor da Revista Agitação, estudante e potencial estagiário;

Temos então:

- 1) I A (A): imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A;
- 2) I A (B): imagem do lugar B para o sujeito colocado em A;

Por conseguinte, obtemos respectivamente:

- 1) Quem somos nós – revista Agitação, CIEE, Mercado, Empresariado contratantes de estagiários, para que lhes falemos assim a estes potenciais estagiários – exigimos, exigimos uma adequação – ?
- 2) Quem são eles – potenciais estagiários – para que nós (revista Agitação, CIEE, Mercado, Empresariado contratante de estagiários), lhes falemos assim – exigimos, exigimos uma adequação – ?

Aqui entra em questão também o referente: o perfil profissional difundido e, por conseguinte, o modelo de educação a ele concernente:

- 3) I A (R): ponto de vista de A sobre R – de que lhes falo assim?

Ou seja:

3) o perfil profissional e, veremos adiante, o modelo educacional pertinente, segundo o ponto de vista de A – isto é, do ponto de vista do Mercado, dos mediadores entre potenciais estagiários e empresariado, enfim, dos diversos lugares sociais dentro da estrutura das organizações.

Outra coisa são as projeções que tomam como referência o espaço-tempo da *produção da leitura* da revista *Agitação*, isto é, dos co-enunciadores, representados pelos leitores da Revista.

Temos, então:

4) I B (B): imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B;

5) I B (A): imagem do lugar A para o sujeito colocado em B;

em que, repetimos em outra ordem, A é a complexidade constituída pela Revista, que fala em nome do CIEE e este, por sua vez, em nome do Mercado, através dos já referidos lugares sociais e B é o leitor da revista *Agitação*, estudante e potencial estagiário – do que resulta respectivamente:

4) Quem somos nós – potenciais estagiários – para que eles (revista *Agitação*, CIEE, Mercado, Empresariado contratante de estagiários) nos falem assim – exigimos, exigimos uma adequação – ?

5) Quem são eles – (revista *Agitação*, CIEE, Mercado, Empresariado contratante de estagiários) para que assim nos falem a nós (potenciais estagiários) – exigimos, exigimos uma adequação – ?

Aqui também entra em questão o referente: o perfil profissional difundido e, por conseguinte, o modelo de educação a ele concernente:

6) I B (R): ponto de vista de B sobre R – de que me falam assim?

Ou seja: o perfil profissional e o modelo educacional pertinente, segundo o ponto de vista de B – isto é, de potenciais estagiários.

Entendemos ser fundamental mencionar que, a partir da edição nº 21 (nov-jan/1997), a Revista informa ter novos interlocutores, dos quais enfocamos aqui reitores universitários e professores.

Assim, as projeções acima passam a ser outras. Vejamos:

7) I B (B): imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B;

8) I B (A): imagem do lugar A para o sujeito colocado em B;

9) I B (R): ponto de vista de B sobre R – de que me falam assim?

De modo que obtemos:

7) Quem somos nós – reitores universitários e professores – para que eles (revista Agitação, CIEE, Mercado, Empresariado contratante de estagiários) nos falem assim – exigimos, exigimos uma adequação – ?

8) Quem são eles (revista Agitação, CIEE, Mercado, Empresariado contratante de estagiários) para que assim nos falem a nós (reitores universitários e professores) – exigimos, exigimos uma adequação – ?

Aqui também entra em questão o referente. Repetimos: o perfil profissional difundido e, por conseguinte, o modelo de educação a ele concernente segundo o discurso produzido em Agitação:

9) I B (R): ponto de vista de B sobre R – de que me falam assim?

Ou seja: do perfil profissional e o modelo educacional pertinente, segundo o ponto de vista de B – reitores universitários e professores.

Não faremos desdobramentos mais complexos dessas formações imaginárias, por entender que as acima dispostas são suficientes para nosso propósito. Pelas condições colocadas até aqui, podemos afirmar que há influência do ponto de vista de A sobre o ponto de vista de B (seja B constituído por potenciais estagiários, de um lado, ou por reitores e professores, de outro), já que o primeiro expressa o perfil “exigido” para o posto de trabalho¹⁴.

Ora, dado que não há simetria de forças entre os sujeitos colocados em A e em B, algumas consequências podem ser inferidas. Em primeiro lugar, é preciso retomar a distinção dos sujeitos colocados em B. Por um lado, considerando-se em B o sujeito social Estágio, constituído por leitores de estudantes potenciais estagiários, a discordância relativamente ao ponto de vista de A acena para o insucesso, condicionando uma aquiescência de B ao perfil profissional colocado por A – e determinando para B a adoção do ponto de vista de A. Observamos que está descartada aqui qualquer referência a conflito psicológico de um potencial estagiário empírico.

Por outro lado, tomando-se em B o sujeito social “Universidade” – constituído por reitores e professores – a discordância relativamente ao ponto de vista de A leva a um cenário de conflito – dada pela dimensão da eventual não-adequação, já que, de algum modo, a inserção no mercado de trabalho dependerá, para estudantes (potenciais estagiários), de uma formação acadêmica voltada para tal adequação. Ora, aqui a questão do insucesso posta para o sujeito social Estágio pode ser vista como sucesso de uma educação não alinhada com a lógica de mercado, com as perspectivas liberais, neoliberais etc.

¹⁴ “Existe entretanto uma dissimetria radical entre *eu* e *tu*: para ser *eu*, basta tomar a palavra, enquanto que para ser *tu* é necessário que um *eu* constitua alguém como *tu*”. Dominique Maingueneau, *Elementos de Lingüística para o texto literário*, p. 11.

Dessa forma, podemos afirmar que o discurso produzido na revista *Agitação*, em que pese as dissensões apontadas nos textos comentados neste capítulo, produz um trabalho, uma ação específica, gerando um conflito na academia, pondo em questão não a competência da Universidade, mas sua prática e, por conseguinte, seus princípios e os fins educacionais, instando por uma mobilização pela mudança, “exigindo” uma “adequação”, neste caso, aos princípios e fins do Mercado. Aqui poderíamos ter situações que expressariam relações próprias do processo de formação, em que estariam frente a frente estudantes, representados por A, e reitores e professores, representados por B. Assim, poderíamos projetar as mesmas antecipações dadas acima para A e para B, conforme segue:

Para:

- 10) I A (A): imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A;
- 11) I A (B): imagem do lugar B para o sujeito colocado em A;

Temos:

- 10) Quem somos nós – potenciais estagiários sob ameaça de insucesso – para que lhes falemos assim a estes reitores e professores – exigimos, exigimos uma adequação – ?
- 11) Quem são eles – reitores e professores – para que nós estudantes potenciais estagiários sob ameaça de insucesso, lhes falemos assim – exigimos, exigimos uma adequação – ?

Novamente, entra também em questão também o referente: o perfil profissional difundido e, por conseguinte, o modelo de educação a ele concernente:

- 12) I A (R): ponto de vista de A sobre R – de que lhes falo assim?

Ou seja:

12) o perfil profissional e o modelo educacional pertinente, segundo o ponto de vista de A – isto é, do ponto de vista do potencial estagiário sob ameaça de insucesso.

Embora previsível, vale ainda explicitar as antecipações colocadas para reitores e professores, a saber:

13) Quem somos nós – reitores universitários e professores – para que eles estudantes potenciais estagiários nos falem assim – exigimos, exigimos uma adequação – ?

14) Quem são eles estudantes potenciais estagiários para que assim nos falem a nós (reitores universitários e professores) – exigimos, exigimos uma adequação – ?

Por último, o referente: o perfil profissional difundido e, por conseguinte, o modelo de educação a ele concernente segundo o discurso produzido em Agitação:

15) I B (R): ponto de vista de B sobre R – de que me falam assim?

Ou seja: do perfil profissional e o modelo educacional pertinente, segundo o ponto de vista de B – reitores universitários e professores.

Dessa forma, o conflito de interesses e valores está colocado, que, em última instância, reduz-se a “o que” ou “quem” desenha o modelo de Educação.

Para finalizar essa análise, recorremos a CHAUÍ (2001)¹⁵, em sua reflexão sobre o discurso competente, que segundo ela

“é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. (...) haverá tantos discursos competentes quantos lugares hierárquicos autorizados a falar e a transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários. (...) que não se inspira em idéias e valores, mas na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação. (...) que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação”.

A autora ainda acrescenta:

“Todavia, essas determinações da linguagem competente não nos devem ocultar o fundamental, isto é, o ponto a partir do qual tais determinações se constituem. A condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como discurso do conhecimento depende da afirmação tácita e da aceitação tácita, da incompetência dos homens enquanto sujeitos sociais e políticos. Nesse ponto as duas modalidades do discurso da competência convergem numa só. Para que esse discurso possa ser proferido e mantido é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais”.

Para a autora, o discurso ideológico procura anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, para obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, que é a imagem da classe dominante. Para tanto, distingue *ideologia* (as ideias são instituídas, assumindo a forma de conhecimentos) e *saber* (trabalho para elevar à dimensão de conceito uma situação de não-saber). Ainda para a autora, o discurso competente é o discurso instituído, aquele no qual a linguagem sofre uma restrição: *“não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”*, confundindo-se com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, em que os

¹⁵ Marilena Chauí. O discurso competente *in* Cultura e Democracia, p. 11-12.

interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados e o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência¹⁶.

Em sua reflexão sobre o discurso competente, Chauí refere-se a dois fenômenos históricos: primeiramente, a Burocratização das sociedades contemporâneas e a ideia de Organização. Descreve a burocratização como um processo que se impõe a qualquer nível do trabalho – direção ou executantes – por sua vez impondo também *“um quadro social homogêneo tal que a estabilidade geral do emprego, a hierarquia dos ordenados e das funções, as regras de promoção, a divisão das responsabilidades, a estrutura da autoridade, tenham como efeito criar uma única escala de status sócio-econômico, tão diversificado quanto possível”*¹⁷. Já a ideia de Organização é *“entendida como existência em si e para si de uma racionalidade imanente ao social”*¹⁸, que, pela ideologia, oculta o processo de expansão do Estado na vida humana e na sociedade civil. Com essas caracterizações, visa mostrar que não se trata de duas modalidades do discurso competente, mas, ao contrário, de um só e mesmo discurso – o discurso do poder ou do burocrata e o discurso do conhecimento ou do não-burocrata.

Como esclarecemos acima, o problema que se apresentou para esta pesquisa é como se dá, na revista *Agitação*, esse processo de produção de uma imagem de ator autorizado pelo discurso competente que, assim, se permite falar das “exigências” do mercado de trabalho tanto para o estagiário quanto para educadores e, por conseguinte, para empresas e instituições educacionais.

¹⁶ Idem, op. cit., p. 7.

¹⁷ Lefort, Claude, *Elements pour une critique de la bureaucratie*, Genebra, Ed. Droz, 1971, p. 289 *apud* Marilena Chauí, *Cultura e Democracia*, p. 8.

¹⁸ Marilena Chauí. O discurso competente *in* *Cultura e Democracia*, p. 8.

Assim, por um complexo processo de formações imaginárias, em que entram em causa novos sujeitos, leitores da revista, trabalhadores de múltiplas funções e cargos, essas formações expandem para seus territórios. Se considerarmos a imagem de estagiário que o mercado “exige”, é possível projetar novas formações imaginárias, que determinam também o perfil de trabalhador pela simples ausência de especificações de que os perfis “exigidos” sejam correspondentes apenas a estagiários, a um tipo específico de estagiário – por exemplo aquele que se direciona futuras funções de comando – e também de áreas específicas.

A IDEIA DE NECESSIDADE SEGUNDO O PERTENCIMENTO INSTITUCIONAL

Ao longo dos estudos realizados, pudemos constatar que, no período que a pesquisa alcançou – 1993-2002 – a Revista Agitação difunde dizeres dispersos que, repetidos e reunidos, esboçam uma proposta para a educação brasileira, com enfoque específico ligado a suas características institucionais, isto é, seu pertencimento ao CIEE e este, à FIESP. A revista Agitação ainda desenha um perfil profissional, “exigido” de um trabalhador específico, dirigente, que influencia a imagem e o perfil de trabalhadores em geral, não dirigente. Ambos – modelo de Educação e Perfil Profissional – seriam marcados por uma dada relação relativamente ao Mercado, pelas trilhas da “exigência” (que determina as relações de poder), da “adequação” (que determina os conteúdos) e da “adaptação” (que determina os comportamentos/procedimentos).

Tendo o CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola – surgido em 24 de março de 1964, portanto uma semana antes do golpe que impôs ao País uma ditadura de 20 anos, declara-se como instituição apolítica e sem fins lucrativos, financiada pela iniciativa privada, com o propósito de promover a aplicação prática dos conhecimentos obtidos na formação acadêmica, desde

lá reclamando uma capacidade do profissional para superar uma “frustração tecnológica” que, do ponto de vista do empresariado, deve ser resultado de uma dada expectativa projetada pelo setor empresarial sobre a universidade.

Aliada ao contexto histórico, conforme vimos na introdução deste estudo, marcado especialmente por alterações nas relações Trabalho-Capital e pelas propostas ensejadas pela Reforma da Educação – essa expectativa é suficiente para explicar por que, a partir de sua edição 21 (novembro-janeiro de 1997), a Revista declara que seus interlocutores passam a ser também os reitores universitários e professores, além dos empresários e estagiários, justificando ainda por que, na Revista, se fala de maior investimento do empresariado em pesquisa, pois, ao fazê-lo, passa também a determinar o fluxo e o foco da pesquisa, condição de consolidação da proposta de Educação para o ensino superior no Brasil segundo o ponto de vista do Mercado. Observamos que, até a edição nº 21 (nov-jan/1997), Agitação procura atrair jovens estudantes com temas mais de ordem cultural.

A nosso ver, o propósito explicitado na revista Agitação de constituir-se em missão do CIEE responder à expectativa criada por um dito divórcio entre empresa e academia manifesto naquilo que se chamou de “*frustração tecnológica*”, também justifica, por sua vez, a preocupação em promover uma campanha de doutrinação prática e objetiva em torno do estágio, anunciando a promoção de uma relação entre o mundo da empresa e o mundo da academia, que vai no sentido de produzir uma relação *necessária* entre educação e produção (materializada na profissão), ou seja, entre educação e trabalho.

Se a revista Agitação apresenta o CIEE como entidade de perfil filantrópico, voltado para ações de promoção da inclusão social, tal perfil, todavia, implica uma dificuldade, pois precisa conciliar conflitos característicos

de uma sociedade complexa como a brasileira, que se revelam nas relações *capital- trabalho e formação profissional- trabalho*.

Para minimizar esse conflito – expresso pelas categorias “capital”, “trabalho” e “educação” e pelos sujeitos sociais que os representam – entre eles empresários, trabalhadores, universidades (professores e reitores) – a Revista difunde o argumento dos “ganhos mútuos”, recorrente nas inúmeras referências aos temas “voluntariado” e “estágio”.

O processo de profissionalização aparece, por exemplo, como elemento de consolidação da cidadania. Assim, esta última, dependente da profissionalização, implica um conceito de cidadania cujos limites se encontram no profissional, o que merece uma reflexão política – que extrapola os propósitos deste estudo – e não técnica, a respeito das concepções que os perfis profissionais canalizam, principalmente porque tais perfis profissionais são aqueles requisitados para exercer papel de liderança, para assumir postos de comando e responsabilidades de gestão de pessoas, como se poderá verificar no segundo capítulo, quadro da página 91.

A Revista dissemina, em textos de entrevista, que há uma demanda por estágio oriunda de empresas e outra demanda, muito maior, de estagiários (conforme relatório do CIEE, reproduzido no item (a) da página 65 de nossa exposição. Isso sinaliza que os postos de estágio são em número limitado, para uma elite que, enfim, aqueles perfis desenham. Paralelamente, a instituição seleciona os perfis profissionais “adequados” aos perfis “exigidos” pela empresa e isso significa uma cidadania baseada na profissão e num determinado perfil profissional requerido pelo setor produtivo e que constitui essa elite profissional, tratando-se, dessa forma, de uma cidadania para uma elite.

Entre os objetivos declarados pela Revista em seu Programa de Desenvolvimento Estudantil estão (a) *“fornecer subsídios para a formação acadêmica dos estudantes através da vivência de situações práticas do exercício da profissão”* e (b) [difundir] *“informações características exigidas pelo mercado de trabalho”*.

Isso, somado aos esforços declarados de consolidar-se o papel do CIEE na promoção da *“aproximação entre os setores empresarial e acadêmico”*, reitera seu projeto de educação para o Brasil, cujas características resumem-se em apreciar a Educação a Distância, a municipalização do ensino, as políticas para a educação implementadas nos últimos anos no período de quase uma década e que se estende até 2002, a flexibilização do ensino superior, os métodos não convencionais de ensinar, a interação entre universidade e mercado de trabalho, o papel da universidade na formação de professores para a educação básica, os currículos dos cursos superiores baseados em projetos que fomentem a participação e os serviços à comunidade como elemento de formação profissional e como superação do caráter técnico dos currículos, a formação pela competência para além de uma formação para o diploma, os cursos sequenciais como alternativa ligeira para a formação para o mercado e, enfim, como já dissemos, uma maior participação da iniciativa privada em pesquisa.

As muitas referências à *“adequação”* do trabalhador a *“exigências”* do mercado de trabalho terminam por sugerir a ideia de *“adaptação”* à cultura da empresa, produzindo as condições para uma adesão sob a forma de consentimento ou aceitação de um dado ideário e contribuindo para diluir o conflito na/da relação Capital / Trabalho, do que inferimos tratar-se da produção do discurso ideológico¹⁹.

¹⁹ “Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunhas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele

Essa condição de passividade a que o discurso submete a figura do estagiário e do profissional aparece, contraditoriamente, em depoimentos que tomam o dinamismo e a criatividade como características do perfil profissional cobiçado. Ao divulgar o CIEE como preparador de grupos que se submetem a processos de seleção e os respectivos modelos a que os interessados devem se adaptar – preconizando características como *apresentação pessoal, capacidade de comunicação / negociação / persuasão, criatividade, dinamismo / iniciativa, espírito empreendedor, flexibilidade para adaptar-se a outras funções, liderança, poder de planejamento / organização / decisão, postura, relacionamento interpessoal (saber trabalhar em equipe), boa formação cultural, domínio de outros idiomas e de informática e capacidade para realizar várias tarefas* – faz recomendações imperativas sobre “*como se preparar*”, instituindo amarras que, ao incentivar, refreiam tais competências pessoais, como *participar de programas de estágio, fazer curso generalista na graduação – como engenharia ou administração – para depois partir para a especialização com uma pós-graduação, ler diariamente para manter-se e para ampliar cultura – desde literatura científica até a clássica, fazer cursos de informática e idiomas e aplicar o tempo na própria formação (ir ao cinema; se possível, viajar; ir a museus e exposições).*

Pudemos observar referências a capacidades pessoais pouco dependentes de uma preparação tópica e muito dependentes de uma história de preparação, além de capacidades como liderança e criatividade, mas também aparecem como exigência “*conhecimentos técnicos e acadêmicos*” ao lado de “*poder de argumentação*” e a menção à necessidade de desenvolver as “*habilidades*” e os “*conhecimentos*” dos jovens para se orientarem na escolha da carreira profissional – formação acadêmica, cursos, instituições de ensino e processo decisório da profissão.

discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado”. Marilena Chauí. O discurso competente *in* Cultura e Democracia, p. 3-4.

Pudemos também verificar recomendações segundo as quais, para sobreviver no mercado, há necessidade de não se acomodar, pois o mundo seria de quem aprende a mudar e a correr riscos, expondo dicas para salvar o emprego: *“muita calma e profissionalismo garantem o lugar na empresa, destacando que “tornar-se um agente da mudança é a melhor atitude para quem quer salvar seu emprego.”*

Há também referências comedidas às chamadas “competências” e “habilidades” a construir na educação.

Segundo nosso entendimento, a recomendação para que o jovem se inicie cedo no mercado de trabalho é mais um ingrediente da visão segundo a qual a *pesquisa deve voltar-se para a produção* ou de que deve haver uma *relação Universidade-Setor Produtivo*, pois, iniciando-se precocemente no trabalho, o jovem orientará pela prática do trabalho as perspectivas de formação e de diplomação – e não, por exemplo, por um eventual comprometimento com a sociedade. Aliás, não é sem razão que se sugere que *“não basta mais só estudar, agora é preciso aprender para aplicar”*. Como analisar diferentemente a difusão de que *“houve a superposição dos dois blocos (estudar / trabalhar)”*, se for verdadeira nossa compreensão de que tal superposição implica tempos concomitantes?

Essa realidade contribui para o desenho do perfil do “novo profissional”, que ainda é instado a abandonar a atitude passiva de aguardar da iniciativa da empresa a sua qualificação para assumir atitude pró-ativa, ou seja, de gerir a própria carreira para ser empregável, desonerando da empresa a responsabilidade de capacitar, uma vez que se encontram, num plano superior, as condições de controle dos conteúdos dessa capacitação, que nos esforçamos por clarear sob a rubrica da lógica da “exigência/adequação/adaptação”. Do ponto de vista do conteúdo, esse

ideário é desenvolvido com a ideia de empreender e de competir, a partir do que ser empreendedor significaria *aprender a correr riscos, amar o trabalho e tomar iniciativas*, concluindo-se que “*todo mundo nasce empreendedor, faz parte da natureza humana*” (...) *esse espírito empreendedor vai sendo bloqueado pela educação familiar e pela escola*”. E assim, ao se pensar empreendedorismo como espírito de competitividade, naturaliza-se a competitividade ao mesmo tempo em que se desqualifica a escola que não fomenta a cultura do empreendedorismo, como mais um tentáculo do discurso ideológico. Mas ao mesmo tempo, divulga-se que é preciso ser ético e conhecer outras culturas, ou seja, conhecimento instrumentalizado de outras culturas e ética da competição, naturalizada, e por isso justificada, isenta de tensões sociopolíticas.

Finalmente, resumizando esta análise, constatamos que a revista *Agitação* exerce o papel de formadora de opinião, em especial na caracterização de perfis profissionais, com destaque para um profissional particular:

- a) com capacidade de *adaptação* a exigências do mercado, à cultura empresarial, em detrimento das concepções construídas com apoio da subjetividade e dos parâmetros da academia;
- b) que, antes da especialização, seja um generalista;
- c) que atenda à necessidade de promover diferenciação, dado o nivelamento alcançado pela difusão tecnológica das empresas;
- d) com capacidades pessoais controladas no plano da linguagem, do relacionamento interpessoal e comportamental, moldadas para o exercício da liderança e da mudança;
- e) disponível para o voluntariado;
- f) pacificado pela repetição do discurso dos ganhos mútuos estabelecidos já a partir da condição de estagiário e de voluntário, e que lhe retira do

alcance qualquer reivindicação de sua condição de trabalhador na relação Capital-Trabalho.

Não está fora de propósito, portanto, inferir que a revista *Agitação* cumpre sua função de difundir um desenho de formação profissional em consonância com o perfil cobiçado pelo Mercado.

Por conseguinte, projeta uma concepção de educação, em especial a superior, que o CIEE e suas instâncias de pertencimento difundem, cujos conteúdos se dirigem para a *aplicação*, conduzindo a uma nova feição que toca essa instituição universitária na sua essência, colocando-a a serviço do modelo produtivo e do mercado, cujas consequências já podem ser verificadas no desprestígio de metanarrativas e de um modelo de teorização que contraria a teorização necessária à mera resolução de problemas (gerenciais e tecnológicos).

O perfil profissional que se compõe, afinal, é contraditório: de um lado, passivo, adaptável a um conjunto de exigências (que correspondem a princípios e fins do Mercado) e, de outro, competente em uma dita criatividade, controlada e tutelada, específica, própria do mundo da aplicação. Apropriando-nos, por uma última vez, da reflexão de Chauí: “homens reduzidos à condição de objetos sociais”.

Capítulo 2

A REVISTA AGITAÇÃO NO PERÍODO 1993-2002

A presente pesquisa, como já ficou explicitado anteriormente, abrangeu o período 1993-2002, que cobre os dez primeiros anos de publicação da revista *Agitação*.

Em nosso estudo, registramos que, até o número 17 (set-out/1995) da revista *Agitação*, assina o editorial de abertura a figura de “O Editor”. Já na edição nº 18 (nov-dez/1995), o editorial passa para “Palavra do Presidente”, assinando-o Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do CIEE, fazendo figurar, ao lado, na mesma página, sua fotografia. A partir daí, já se começa no editorial a tratar de resultados de pesquisa, projeção de mudanças e objetivos, numa linguagem formal²⁰. A edição nº 19 (jan-fev/1996), por sua vez, registra a foto, mas não o nome do presidente executivo e função.

O projeto gráfico e editorial das edições de 1 a 20 (jan-fev/1993 a mar-abr/1996) é voltado para o jovem, registrando uma linguagem igualmente

²⁰ “Palavra do Presidente: Acreditando sempre – Próximos de um novo ano as expectativas se renovam. E isso vale também para nós do CIEE. Acompanhamos os resultados da pesquisa sobre a revista *Agitação* e estamos promovendo as modificações que você exigiu. / Mudou conteúdo, agora com um maior número de matérias sobre estágio, vida profissional e entrevistas com especialistas de diversas áreas. Mudou o visual com uma diagramação mais leve, bonita e moderna. Isso para levar até você uma informação ainda mais rápida e completa. / Assim como a *Agitação*, o próprio CIEE está se modernizando. Existe um novo Conselho e uma nova presidência executiva, com um sério compromisso de fazer as coisas acontecerem, de colocar o CIEE cada vez mais próximo de empresas, escolas e, principalmente, de você estudante. / Para atingirmos inúmeros e importantes objetivos, entre eles o de melhorarmos ao máximo a qualidade do estágio, é importante a sua participação. Agora você pode enviar comentários, críticas, dúvidas e sugestões diretamente para mim, Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do CIEE. Acredito nesse canal direto e sem restrições para entendermos melhor os problemas e desafios que teremos pela frente e sentirei prazer em responder a todos que nos escreverem. / Para que você fique por dentro das mais importantes ações do CIEE, estamos criando na revista *Agitação*, este espaço intitulado ‘A Palavra do Presidente’, onde colocaremos um resumo dos acontecimentos mais significativos. Acompanhe. / Por fim, é com o espírito renovado e acreditando realmente no potencial de todos vocês que eu desejo, em nome da *Agitação* e do CIEE, um 96 repleto de sonhos, planos, realizações e conquistas. Até a próxima! (revista *Agitação* nº 18, nov/dez / 1995, p. 4)

jovial, como se pode verificar na edição nº 9 (mai-jun/1994), em que a assinatura do editorial aparece como “O Editor, sô.”, já que o tema principal girava em torno das festas juninas. Os temas de todo esse bloco de edições da revista estão preponderantemente voltados para o mundo do jovem de várias regiões do Brasil, com muitas reportagens retratando figuras do mundo artístico, da TV, do Teatro e da Música, Ambiente, Saúde, Política (como, por exemplo, o plebiscito sobre o Sistema de Governo) e Profissões (com a coluna *Painel de Profissões*).

A título de ilustração, para caracterizar precisamente a mudança de linha da revista que se processará a partir da edição nº 21 (nov-jan/1997) – na linguagem, na temática e nos objetivos – reproduzimos a seguir o editorial de abertura da edição nº 1 (jan/fev/1993, p.2, com apenas 8 páginas), que, a nosso ver, registra um período cujo elemento norteador da revista é a conquista de leitores jovens, potenciais estagiários (*“direcionada para o estudante que faz, fez ou fará estágio”*), que se estende de 1993 a 1996:

“E aí meu? oi sô! Ó xente, ba tchê,aê galera, oi bichinho da peste. Sinta-se saudado! Você tem em suas mãos uma revista direcionada para o estudante que faz, fez ou fará estágio, ou que está em fase de escolha e planejamento de carreira.

Estamos empenhados em fazer da Agitação uma revista com a cara do jovem brasileiro, com assuntos que interessam à vida profissional do estudante, discutindo e debatendo informações. Enfim, esclarecendo.

O Brasil todo está recebendo a Agitação. E se depender do nosso capricho, esta revista vai ficar cada vez mais porreta, tri-legal, supimpa, um trem bão, poderosa, ôrra meu! , demais da conta!...

Um grande abraço e até o nº 2.

O Editor”

Aparecem também páginas anunciando a oferta de livros, através do programa *CIEE Livros*, com títulos ecléticos, aparentemente desvinculados de uma proposta de formação profissional direcionada.

No período 1993-1996, as colunas da revista introduzem implementações, partindo das colunas *Capa*, *Geração Saúde*, *Painel de Profissões* (edição nº 1, jan-fev/1993, alterando-se, por vezes, e ampliando-se o leque de colunas, como, por exemplo, na edição nº 8 (mar/abr/1994), em que aparecem *Cultura*, *Entrevista*, *Lazer*, *Aventura*, *Ecologia*, *Curiosidade*, *Pesquisa* (avaliação da revista junto ao público leitor), figurando na edição nº 10 (jul/ago/1994) *Matéria de Capa*, *Esporte*, *Humor*, *Aventura*, *Dia dos Pais*, *Curiosidades*, *Ciência*, *Formação*, *Painel de Profissões*, *Homenagem*, *Geração Saúde*.

Notamos que a revista sofre mudanças em seu projeto gráfico, entretanto a mais significativa delas ocorre em seu projeto editorial, flagrante em sua edição de número 21 (nov-jan/1997), como já dissemos, e portanto com um hiato de seis meses após a edição de número 20 (mar-abr/1996) – aportando a ampliação do total de páginas para 24 (incluindo capas) e tiragem de 45 mil exemplares. Desse número especificamente, optamos por fazer a reprodução de seu editorial quase integralmente, dada a importância das mudanças registradas nessa edição e da respectiva declaração de objetivos institucionais aí publicados.

“Voltamos a reeditar a revista Agitação, após um período de ausência do mercado. E não é à toa que estamos fazendo isso agora, rerepresentando a publicação modificada, num momento em que, tanto o CIEE, quanto a nossa sociedade, passam por mudanças muito significativas.

Adotamos uma nova diretriz editorial, visando a discussão de temas da atualidade, ligados ao processo de profissionalização e seu relacionamento com a vida nas empresas. Com isso, estamos tornando mais abrangente o público a quem se destina a Agitação, antes, apenas para estudantes, agora também para gerenciantes de recursos humanos, executivos, professores e reitores de universidades.

Estamos oferecendo aos nossos leitores um veículo com informações, idéias, experiências e opiniões de homens e organizações que estão comprometidos com o futuro, e fazendo a história profissional do nosso País.

O CIEE está vivendo um período de grandes transformações, de modernização da sua estrutura, e a Agitação precisava acompanhar essas mudanças.” (Agitação 21, nov-jan/1997, p. 2) [os grifos são nossos]

Ratificando os objetivos expostos no editorial da revista nº 21 – de que “*Nós queremos leitores envolvidos, tanto quanto esperamos empresas parceiras, que queiram contribuir publicitariamente com a Agitação*”(assinado por Antônio Jacinto Caleiro Palma, presidente do Conselho de Administração do CIEE) – fica encaminhada na edição nº 25 (nov-jan/1999) a inferência de que no texto jornalístico institucional veiculado na revista Agitação está a voz da empresa – como se pode ver, por exemplo, na referência à Compac – esta sim autorizada, por razões publicitárias, a assumir o discurso “*garantia Compac, líder mundial em computadores*”.

“O CIEE orienta, acompanha e assiste os jovens durante toda a sua preparação para o mercado de trabalho. Oferecer ferramentas para o aprimoramento da qualificação profissional faz parte desses serviços e é este o objetivo da parceria com a Compac. Agora, os estudantes cadastrados no CIEE poderão

adquirir equipamentos de informática pelo Compac Fácil por preços mais acessíveis. Além de outras vantagens, eles ainda contam com: condições de pagamento facilitadas, entrega gratuita em qualquer lugar do Brasil, mais de 120 assistências técnicas espalhadas por todo o país e a garantia Compac, líder mundial em computadores.” (p. 9).

Ou seja, com que bases se poderia fazer a afirmação de que a Compac é líder mundial em computadores, a não ser por intermédio do discurso publicitário? Entretanto, o discurso de viés jornalístico, informativo, que a revista quer assumir, e que se veicula inclusive na inculcação verificável nas próprias cartas de leitores e depoimentos de ex-estagiários, em princípio, não deveria estar contaminado do publicitário.

Conforme dissemos, muda a linha editorial. As reportagens são também voltadas para a empresa e para o estudante, potencial estagiário, dando conta de formular o ideário do novo profissional.

Do universo de textos publicados em vinte edições da revista *Agitação*, selecionamos três elementos ali referidos que consideramos muito relevantes para este trabalho, pois já anunciam a visão que seria difundida nos anos subsequentes dessa publicação, a saber:

a) uma demanda por mudanças na Educação brasileira²¹;

²¹ Veja-se: “A partir de um estudo elaborado pelos professores Lucas Antônio Moscato e Paulo Eigi Miyagi, ambos do Departamento de Engenharia Mecânica / Mecatrônica da Poli, constatou-se a preocupação destes engenheiros no que diz respeito ao processo de modernização que o parque industrial brasileiro começa a implantar, para acompanhar as tendências mundiais de internacionalização da competição. Além disso, evidencia que nas últimas décadas a evolução tecnológica resultante do desenvolvimento de novas metodologias de projeto, processos de automação e controle relacionados com a concepção, operação e fabricação de equipamentos e sistemas integrados, tem exigido uma revisão dos currículos dos engenheiros. Neste contexto, a Poli identificou, já nos anos [19]70, a necessidade de formação de engenheiros que atendessem às novas exigências do mercado. A partir desta demanda, a Poli realizou uma reforma e aprimoramento de seus cursos.” (revista *Agitação* nº 4, Painel de Profissões, Mecatrônica, jul/ago/1993, sem referência de

- b) uma mudança no foco dos investimentos tecnológicos²²;
- c) uma caracterização do novo perfil profissional²³.

paginação). Além disso, veja-se a desqualificação da escola que se tem à época: “Sistema de Ensino – No Brasil, e de modo geral no mundo inteiro, o padrão de ensino não favorece a criatividade. Note por exemplo algumas coisas que acontecem com o sistema educacional: fazer uma pergunta é uma das coisas mais difíceis dentro de uma escola, é só ver a dificuldade das crianças de perguntar, de levantar a mão, o medo às vezes que se instala. Poxa! você quer ambiente mais propício para fazer perguntas do que a escola? / Outra coisa, que as escolas pecam é ensinarem que as coisas são feitas de uma só forma, ou seja, que existe só uma resposta para cada problema. E esta resposta, normalmente, é muito mais baseada no conhecimento ou na forma de pensar do professor, estabelecendo-se uma relação de que ‘eu tenho a resposta, você passa se der a resposta que eu acredito que seja certa’. Na realidade, nós sabemos que o mundo tem muito mais que uma resposta certa só, mas o nosso padrão mental não está acostumado a pensar assim, estamos condicionados a pensar de uma forma só, de achar uma resposta e a escola nos leva a isso. É uma pena, pois o processo criativo é uma das formas mais entusiasmantes de se procurar mais do que uma resposta, de se saber que sempre existe mais um jeito de fazer as coisas. Outra coisa interessante de se observar é o processo de equipe, de grupo que é uma das coisas mais importantes no período escolar; aí também há dificuldade, é só lembrar qual o momento mais tensionante que temos: o momento da prova. Como se chama, na hora da prova, colaborar com o grupo? Cola, que é extremamente castigada. / Uma outra coisa, talvez o ponto crucial, é que a escola valoriza excessivamente o saber, as pessoas que sabem é que são reconhecidas na escola, quando na realidade deveria se valorizar aqueles que têm o posicionamento do aprendiz, não do saber. A escola deveria prestigiar mais o desejo de aprender do que o saber propriamente dito.” (revista Agitação, nº 11, José Carlos Bemvenuti, set-out / 1994, sem referência de paginação).

²² “Os tempos mudaram, há alguns anos as empresas que possuíam um diferencial tecnológico estavam em posição de vantagem; atualmente, o nivelamento tecnológico é maior, o diferencial passa, então, para o know-how gerencial. Pós-graduação significa know-how, investimento na economia de cérebro...” (revista Agitação nº 10, Formação (por Aylza Munhoz), jul/ago / 1994, sem referência de paginação).

²³ “Tomando-se como tema a criatividade, cujos entrevistados/depoentes afirmam ser característica de todas as pessoas, registra-se: “Especialistas e Generalistas – O generalista está voltando a ser valorizado, principalmente profissionalmente, pois ele é que tem capacidade de ter uma visão holística, de perceber o todo. Na divisão técnica do trabalho feita por Taylor e etc., naquele momento em que estava se instalando a era industrial era uma coisa importante, as pessoas tinha[m] uma pequena tarefa, não se entendia muito o que se estava fazendo e tinha-se muito claro a divisão do trabalho; com o passar do tempo, infelizmente, este mapa ficou na nossa cabeça, e hoje o mundo é extremamente mutável e [que] as relações entre as coisas é muito mais abrangente do [que] era antigamente, quanto mais especialistas, mais limitados ficamos. (...) Experiência – Fala-se bastante da questão da experiência. O problema não é tê-la ou não, o problema é quando a experiência te condiciona de tal forma que você não vê uma outra solução. Na realidade nós passamos por diversos estágios, existe até um modelo que se chama da incompetência inconsciente, ou seja, nós quando começamos num trabalho, numa tarefa, num cargo qualquer, somos incompetentes inconscientes, não sabemos que não sabemos. Depois passamos para o estágio de incompetência consciente, sabemos que não sabemos, é quando ficamos atentos, querendo ver o que está acontecendo. Em seguida a tendência é entrarmos no estágio chamado de competência consciente, no qual sabemos que sabemos, nos sentimos firmes, tranquilos, “eu sei das coisas”, “deixa comigo”. E finalmente, o estágio, talvez o pior de todos, em que somos competentes inconscientes, é quando passamos a fazer as coisas de forma tão automática por já termos ‘tanta experiência daquilo’, que sequer sabemos o que estamos fazendo, por isso ficamos extremamente automatizados, ligamos o piloto automático e

A partir da Agitação nº 21 (nov-jan/1997), começa a assinar o editorial da revista Antônio Jacinto Caleiro Palma como presidente do Conselho de Administração do CIEE, em substituição a Luiz Gonzaga Bertelli (então presidente executivo).

fazemos sempre daquele jeito. Portanto, como já disse, o problema não é ter ou não experiência, mas é que quando se tem muita experiência, fica-se quase com o reflexo condicionado pela experiência anterior. Ter experiência é ótimo mas com a consciência de que de vez em quando é preciso revisitar aquilo que tem sido feito para perceber outras formas, jeitos, maneiras, ângulos e outras abordagens. Assim, teremos o melhor dos dois mundos, da experiência e da curiosidade.” (revista Agitação, nº 11, José Carlos Bemvenutti, set-out / 1994, sem referência de paginação).

EDUCAÇÃO

A missão do CIEE segundo a revista Agitação

Nesta categoria, o CIEE revela-se na revista Agitação em várias edições. Embora fora de nosso leque de análise, excepcionalmente recorreremos à edição de nº 55 (jan-fev/2004), comemorativa de 40 anos da Instituição, e Agitação nº 60 (nov-dez/2004), ambas por seu caráter histórico. Segundo essa edição, o CIEE fundou-se em 1963 quando *“um grupo de empresários e educadores acreditava que um dos caminhos para construir uma nova sociedade era apostar na melhoria da formação educacional e profissional dos jovens”* (p. 50).

As primeiras reuniões realizaram-se *“nas dependências do Grupo Ultra, importante conglomerado com destacada atuação no setor de gás combustível”* (p. 50), com a participação de empresários – Pery Igel (presidente à época do Grupo Ultra), Mário Amato, Brasília Machado Netto, Herbert Victor Levy, João Baptista Leopoldo Figueiredo, Nadir Figueiredo, Adam Dietrich Von Bülow, Raphael Noschese – e de executivos – Geraldo Ziviani, Tércio de Matos, Luiz Gonzaga Bertelli, Aluísio Martins, Clóvis Dutra, José Franklin Vera Viegas, Lamartine Navarro Júnior, Raul Galvão, Victório Achille Palmieri – e dos educadores Lucas Nogueira Garcez e Zeferino Vaz.

Assim, em 24 de março de 1964, deu-se a primeira assembleia para constituição do CIEE, no Instituto Caetano de Campos, Praça da República, São Paulo, cujo objetivo seria a *“criação de uma instituição apolítica, sem intuito lucrativo, de utilidade pública e de fins filantrópicos”* (p. 51). O CIEE já nasceria *“com vocação para o desenvolvimento social e foco na promoção de estágios de qualidade para estudantes nas empresas, como forma de proporcionar a aplicação prática dos conhecimentos obtidos nos bancos escolares”*. Com tal intuito, *“a alternativa para financiar essa empreitada”* seria

“buscar recursos junto a (sic) iniciativa privada, prestando serviços inteiramente gratuitos aos estudantes e às escolas.” (p. 52).

Essa declaração é importante para nosso estudo porque explicita a fonte do financiamento da instituição – a iniciativa privada – a cujos propósitos servirá.

De acordo com a revista, Victório D’Achille Palmieri, 1º presidente executivo, que participou da criação do CIEE, firmou-se como seu consolidador. Suas palavras desenhavam o propósito de a instituição responder à expectativa criada pelo divórcio entre empresa e academia, esta última representada na figura do profissional: *“Não raro têm ocorrido desastres recíprocos: a empresa se desilude com os estudantes e o estagiário passa a ser vítima de uma frustração tecnológica, com conseqüências imprevisíveis... Daí a preocupação do CIEE em promover uma campanha de doutrinação prática e objetiva em torno do estágio”.*

Convém estar atento no fato de que a dimensão tecnológica, de conformidade com o que ficou explicitado anteriormente, hoje não é o essencial. Daí se poder inferir que a instituição já não se justificaria, de conformidade com seu primeiro propósito, de quebrar aquela frustração tecnológica, cujo abismo separava academia e produção.

Essas considerações já anunciam parte dos objetivos dessa instituição de promover uma relação entre o mundo da empresa e o mundo da academia, que vai, conforme já dissemos, no sentido de produzir uma relação necessária entre educação e produção (materializada no fazer e, por conseguinte, na formação profissional), ou seja, entre educação e trabalho.

Assim, motivados por esse objetivo explícito, seu presidente executivo, à época, explicitou que *“não nos anima qualquer filosofia educacional de*

caráter pragmatista, (...) em detrimento de uma formação global-humanística do jovem, que a escola moderna não deve preterir” e ainda que “o CIEE se propõe a se transformar no elemento catalisador das diversas forças e dos diversos esforços de empresas, estudantes e escolas, (...) transformando todos esses elementos humanos em soldados ativos nessa grande ‘batalha’ que é de todos os que vivem nesta Terra: a Batalha da Produtividade” (Agitação nº 55, jan-fev/2004, p. 54).

A revista Agitação ainda afirma que *“para vencer essas barreiras e dotar de pragmatismo as relações educação/trabalho, surgiu o estágio, como ponte entre os universos da escola e da empresa, e criou-se o CIEE como o instrumento administrativo adequado ao sucesso da nova figura de agente de integração” (Agitação nº 60, nov-dez/2004, p. 28).*

Também parece relevante lembrar que, na edição nº 44 (mar-abr/2002), o CIEE *“promove a inscrição, o treinamento e o encaminhamento dos estudantes às vagas de estágio das empresas, realiza o acompanhamento integral do estágio e providencia o termo de compromisso de Estágio – TCE – que estabelece todas as condições de sua realização e é assinado, concomitantemente pelo estudante, pela escola e pela empresa” (p. 12, encarte).* Vejamos os objetivos declarados:

- a) progressiva incrementação de convocações para estágio: 174 mil estudantes encaminhados. Seriam 2 mil contratados (referência: no ano de 2001), autorizando inferir que *convocação* seja diferente de *encaminhamento* para estágio e este último, diferente de *estágio concretizado*);
- b) acompanhamento do estágio via internet a partir de 2001;
- c) estágio como teste para efetivação, ou seja, o de mudança de status: de estagiário a contratado;
- d) parceria com 10 mil organizações escolares (referência: no ano de 2001);

- e) seguridade dos estagiários contra acidentes pessoais durante o período de estágio.

Dois outros objetivos declarados pela revista sobre o programa CIEE de Desenvolvimento Estudantil – que nos parecem essenciais para nossa pesquisa – são (a) *“fornecer subsídios para a formação acadêmica dos estudantes através da vivência de situações práticas do exercício da profissão”* e (b) difundir *“informações características exigidas pelo mercado de trabalho”*.

Esse programa, segundo a Revista, é desenvolvido desde 1996 e se estende a estudantes de ensino médio e superior. Para tanto, o CIEE oferece ainda:

- 1) workshops;
- 2) visitas a empresas (*in company*);
- 3) cursos (redação, interpretação de textos, atualização gramatical e expressão verbal);
- 4) treinamento em informática mediante parceria com empresas;
- 5) programas internacionais de estágio.

O CIEE promove *“reuniões, palestras, seminários, simpósios e debates que, além de possibilitar o exercício da cidadania aos estudantes, permitem a troca de informações e de problemas do País.”* (Agitação nº 44, mar-abr/2002, p. 19).

Do mesmo modo, o CIEE promove eventos relativamente a:

- 1) Recursos humanos;
- 2) Terceiro Setor (filantrópico), aqui entrando o tema voluntariado;
- 3) Prêmio Professor emérito – troféu Guerreiro da Educação;
- 4) Troféu Integração que reconhece o trabalho “em prol da efetiva integração do jovem no mundo operacional”;

- 5) Expo CIEE (desde 1997);
- 6) FENAET – Feira Nacional de Integração Educação e Trabalho;
- 7) Programa de Orientação e Informação Profissional;
- 8) Banco de Informações Profissionais e Educacionais – BIPE (dados divulgados posteriormente pelo SIPE – Serviço CIEE de informações Profissionais e Educacionais;
- 9) GIPE – Guia Interativo de Informações Profissional e Educacional (desde 2001). Traz diagnóstico de competências;
10. Campanha Nacional Antidrogas nas Escolas Superiores (Delegado pelo Governo Federal para atuação nas escolas superiores, campanha coordenada pelo SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas – do governo federal, contando com apoio do GREA (USP) – Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas e da Fundação Zerbini (INCOR);
11. Prêmios Literários: parcerias com:
 - ABL – Academia Brasileira de Letras;
 - CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
 - SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas;
12. Programa Portadores de Deficiência;
13. Projeto de Capacitação Educacional e Profissional (atinge 12 adolescentes afro-brasileiros, em ensino médio até o ingresso na universidade);
14. Pacote de facilidade CIEE-Bradesco, acesso de estagiários a serviços bancários.

Fora do campo de sua função essencial, mas dentro de sua concepção de entidade de caráter filantrópico, o CIEE ainda realiza outras ações, a saber:

- 1) Programa CIEE de Alfabetização de adultos (suplência de 1ª. a 4ª. série do EF), com certificação avaliada pelo MEC;
- 2) Publicações:

- a) Revista Agitação;
 - b) Coleção CIEE;
 - c) Site CIEE com links institucionais, empresas, escolas e estudantes;
 - d) Boletim CIEE (interno);
 - e) Mídia televisiva (com Rede Globo): divulgação de vagas e apoio a programas (Frente a Frente, Diálogo Nacional);
 - f) CIEE Informa (comunicação impressa com parceiros);
- 3) Desenvolvimento de Recursos Humanos com os seguintes programas:
- a) Programa CIEE de incentivo à educação – INCEDUC;
 - b) Cursos e treinamentos;
 - c) Saúde;
 - d) Bônus de qualidade.

A lógica da competitividade num cenário “sem conflitos”

O periódico apresenta o CIEE como entidade de perfil filantrópico, voltado para ações de promoção da inclusão social. Tal perfil, entretanto, implica uma dificuldade, pois precisa conciliar conflitos que se revelam nas relações *capital-trabalho* e *formação profissional-trabalho*. Vejamos o conteúdo publicitário que a edição nº 38 (mar-abr/2001) veicula:

1.

“É muito importante se preparar para um estágio. Ou você acha que é só no vestibular que existe concorrência?” (p. 3);

2.

“Invista nos estagiários do CIEE. O retorno você tem em produtividade e benefícios” (p. 23).

Como se pode notar, em (1) a voz da Revista, que é também a voz institucional (CIEE), dirigindo-se a um interlocutor estudante, afirma a

existência de uma concorrência entre estagiários, assumindo, portanto, o conteúdo implícito de que não existem vagas para todos os proponentes ao processo do estágio. Já em (2), a mesma voz (já referida e caracterizada) afirma que o estágio se reverte em produtividade e outros benefícios, tendo como interlocutor o empresário ou, se quisermos, a empresa, o mercado.

Por seu turno, a revista nº 43 (jan-fev/2002, p. 52) discute a Consolidação do papel do CIEE como entidade do Terceiro Setor, *“promovendo a aproximação entre os setores empresarial e acadêmico”*, reiterando os termos do editorial de Agitação nº 21, segundo o qual *“estamos tornando mais abrangente o público a quem se destina a Agitação, antes, apenas para estudantes, agora também para gerenciadores de recursos humanos, executivos, professores e reitores de universidades”*.

Para minimizar esse conflito – expresso pelas categorias “capital”, “trabalho” e “educação” e pelos sujeitos sociais que os representam – entre eles empresários, trabalhadores, universidades – a revista difunde o argumento dos “ganhos mútuos”, recorrente na referência aos temas “voluntariado” e “estágio”. Desta forma, desde que a empresa opte pelo desenvolvimento de programas de estágio, teria ganhos e, em contrapartida, desde que o estudante tenha uma atuação seja na condição de estagiário, seja na de voluntário, também teria ganhos.

Assim, com o argumento dos *ganhos mútuos*, a Revista procura atenuar o conflito presente nessas relações, criando um ambiente em que não haveria tensão, mas interesses plenamente atendidos sob a forma dos denominados *ganhos mútuos*. Esse discurso aparece na voz da Revista, de consultores entrevistados, de estagiários cujos depoimentos o periódico reproduz, de palestrantes e de cartas de leitores citados na coluna específica.

Parece-nos, porém, que o mérito dos “ganhos mútuos” – empresa-estagiário – desmistifica-se porque se, no plano do discurso da revista *Agitação*, aparece como extensível a todo e qualquer estagiário, no plano da prática, trata-se de um processo seletivo, que inclui um número reduzido de estagiários, mas que se serve de muitos estagiários, cuja atuação ao longo dos processos de seleção culmina na contribuição para que as exigências sejam, tanto quantitativa quanto qualitativamente, maiores e mais rigorosas, reproduzindo as condições do mercado de trabalho em geral.

A lógica da integração

Já a edição de nº 44 (mar-abr/2002), que também traz um balanço social da instituição, apresenta a missão institucional – *“oferecer soluções que contribuam para a capacitação profissional dos estudantes, visando à sua integração no mercado de trabalho”* – frisando, em termos gerais, sua atuação responsável, o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a sintonia com a realidade e o compromisso com a qualidade. Em termos específicos, destaca o crescimento institucional e a busca por ser referência em estágios de estudantes, capacitação de jovens, orientação, atendimento e informação. Sua visão é *“ser reconhecida como a maior e melhor instituição brasileira na interação educação e trabalho”*.

Cabe observar que há instrumentalização do processo de profissionalização como elemento de consolidação da cidadania, ou seja, que vê a cidadania como dependente da profissionalização, implicando um conceito de cidadania cujos limites se encontram no profissional. Daí acreditarmos ser relevante uma reflexão política e não técnica das concepções que esses perfis profissionais canalizam, principalmente porque os perfis profissionais que o CIEE difunde são aqueles requisitados para exercer papel de liderança, assumindo postos de comando e responsabilidades de gestão de pessoas. Ora, como veremos adiante, a

própria revista dissemina, por intermédio de seus entrevistados e depoentes, que há uma determinada demanda por estágio oriunda de empresas e uma outra demanda, muito maior, de estagiários, sinalizando que esses postos de estágio são em número limitado, para uma elite, portanto, que aqueles perfis desenham.

Perfil do leitor de Agitação

Na edição nº 17 (set-out/1995, p. 5-6), a “Pesquisa DIGA LÁ” revela o público-leitor de Agitação. Vejamos:

- a) Classe socioeconômica (dos leitores): maior percentual é de classe A (42%) seguido da classe B (38%);
- b) seções que despertam mais interesse:
 - 1) vida de estagiário (29%);
 - 2) painel das profissões (29%).

Os números mostram o segmento para o qual se dirige a Revista, e pressupostamente, o próprio CIEE. O mesmo se pode dizer sobre o fato de os executivos e outros postos-chaves das organizações empresariais serem a referência para o desenho do perfil profissional que Agitação produz. Eles também apontam o foco adotado a partir da edição nº 21 (nov-jan/1997).

A universidade sob a lógica da “exigência” e da “adequação”

Cabe lembrar ainda que, paralelamente, a instituição seleciona os perfis profissionais que estão “adequados” aos perfis “exigidos” pela empresa.

Veremos que a revista Agitação produz propostas para a Educação, mediadas pelo recurso da entrevista e do depoimento. Nos termos já definidos anteriormente, a Revista expõe determinadas opiniões e, ao fazê-lo, difunde-as, assumindo-as, portanto, já que não explicita um distanciamento,

qualquer tipo de reserva ao conteúdo e à concepção adotada pelos depoimentos veiculados.

Categorizamos as propostas explicitadas, segundo critério de relevância para esta pesquisa, a saber:

Adequação do modelo de Educação ao Mercado

- a) interação entre universidade e mercado de trabalho;
- b) conceito de que uma instituição de ensino deve ser administrada como uma empresa, aliado ao processo de mudanças do papel social da escola;
- c) currículos dos cursos superiores baseados em projetos que fomentem a participação e os serviços à comunidade como elemento de formação profissional e como superação do caráter técnico dos currículos, ameaçadas que estão as universidades tradicionais pelas universidades corporativas que promovem treinamento, tirando das primeiras seu posto de honra como agência de formação;
- d) flexibilização do ensino superior;
- e) uma formação pela competência, para além de uma formação para o diploma;
- f) cursos sequenciais como alternativa ligeira de formação para o mercado;
- g) maior participação da iniciativa privada em pesquisa;

Outras propostas para o Ensino e a Educação

Na edição nº 28 (mai-jun/1999, p. 50), tratando de uma política educacional, Paulo Nathanael, defende: *“Flexibilidade versus cartorialismo; autonomia e descentralização versus centralização e dependência;*

diversificação versus padronização; racionalidade versus improvisação; liberdade e responsabilidade versus burocracia e controle externo; universalização de oportunidades versus elitismo; expansão da oferta versus “numerus clausus”. Qualidade, modernidade e avaliação podem ser o grande tripé sobre o qual se têm assentado os esforços governamentais, com vistas às mudanças em curso nos sistemas de ensino. Qualidade como fim, modernidade como imperativo e avaliação como meio.”.

A revista Agitação, em seu volume nº 32 (mar-abr/2002), discorre sobre o programa Universidade Virtual Pública do Brasil – UNIREDE, à época com o apoio de 51 universidades e com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O programa primeiramente ofereceria cursos de licenciatura para docentes como forma de dar melhor formação aos professores em atuação, com o objetivo de democratizar o ensino superior, utilizando tecnologias como Internet, mídia interativa (vídeos, TVs, Rádios) e rede fechada (videoconferência) para reunir os estudantes num mesmo espaço e promover a interação.

Na edição nº 32 (mar-abr/2002, p. 11), embora a Revista não se posicione diretamente, isto é, no corpo do texto há destaque para duas manifestações, que podem ser consideradas formas de adesão – e, portanto, da instituição que representa: a primeira, de Arnaldo Niskier, citado como presidente da Academia Brasileira de Letras (e não como conselheiro do CIEE), enfatizando a qualidade das relações que a tecnologia estabelece e relativamente à quantidade de informações que transmite; a segunda, de Pedro Luiz de Oliveira Costa Neto, citado como diretor de Educação a Distância da Fundação Vanzolini, que, em entrevista à revista Politécnica, destacaria os méritos da educação a distância: alunos desafiados a aprender e pesquisar por conta própria; a tutoria, a comunicação com os colegas e a avaliação presencial.

Aliás, Arnaldo Niskier, em outro texto, na mesma edição, denominado “*Educação, Educação, Educação*”, prudente em relação a “*conclusões históricas*”, avalia positivamente resultados de políticas educacionais, entre eles a aprovação da LDB, da qual adviriam a Educação a Distância e as modificações no ensino médio (“com a necessária bifurcação”, edição nº 32, mar-abr/2000, p. 21, col 2) e os cursos sequenciais; acrescenta a redução do número de analfabetos com mais de 15 anos e a universalização do atendimento no EF; a implantação do provão e do ENEM; a criação do Fundef – Fundo de Valorização do Ensino Fundamental e dos Centros Universitários, destacando a desnecessidade de estes últimos se debruçarem sobre pesquisas.

Artigo assinado por José Goldemberg defende ainda a Municipalização do ensino. Lembramos que se trata de artigo assinado por José Goldemberg, mas não havendo qualquer menção ao fato de que a opinião externada por artigos da Revista seria de responsabilidade tão somente de seus autores, entendemos que a publicação se corresponsabiliza, assumindo a voz do autor como sua própria voz.

“Agitação” afirma também que “*no contato diário com as empresas, o CIEE percebe que o mercado de trabalho não tem favorecido as áreas de conhecimento (humanas, exatas e biológicas) e seus respectivos cursos, porque as atividades profissionais estão cada vez mais interligadas e o que conta é a preparação geral do indivíduo: formação acadêmica (generalista), cultura geral, dinamismo, facilidade para trabalhar em grupo, flexibilidade e experiência internacional. Nesse panorama, como ficam os cursos tradicionais e a proliferação de novos cursos e especializações?*” (Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 40, col 1/2). Com apoio em personagens representativas do mundo universitário, cujos nomes deixamos de citar, a Revista veicula as posições abaixo, contribuindo para a formação de uma visão do papel da formação superior no contexto atual brasileiro:

- a) *Organizações buscam profissionais especializados com formação geral;*
- b) *Não há mais espaço para profissões herméticas fechadas em seus próprios paradigmas, sendo o profissional do século XXI caracterizado por um trabalho direcionado à sociedade e a uma visão global das outras atividades ligadas à sua;*
- c) *Conferência Mundial de Educação Superior: necessidade de uma nova visão e um novo modelo de ensino superior. Para tanto, “são necessários novos planos de estudo, métodos novos e capazes de superar o mero domínio cognitivo das disciplinas, visando facilitar o acesso a novas propostas pedagógicas e didáticas, e estimular a aquisição de conhecimentos práticos, competências e aptidões para a comunicação, a análise criativa e crítica, a reflexão independente e o trabalho em equipe num contexto multicultural, em situações em que a criatividade exige combinar o saber teórico e prático tradicional ou local com a ciência e a tecnologia de vanguarda” (Agitação nº 32 (mar-abr/2000, p. 41).*

Ainda na mesma edição, segue-se referência ao CIEE como entidade que *“mantém contato com a educação e o trabalho há mais de 35 anos, para colaborar com a universidade, ajudando na adequação dos currículos às exigências profissionais”* (Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 41, col. 1). Esta última afirmação é já suficiente para reiterar nossa percepção de que o CIEE, mais do que fazer a ponte entre empresa e estágio, intervém no processo de produção de uma concepção de educação. Isso pode ser comprovado em inúmeras referências nos artigos publicados, como, por exemplo, na edição nº 25 (nov-jan/1999, p. 8): *“Em algumas visitas, tem-se a chance de estar à frente do aprendizado acadêmico, ao tomar conhecimento de resultados de pesquisa e estudos que estão sendo desenvolvidos e que só serão ensinados nas escolas dali a algum tempo”*.

Essa percepção a que nos referimos advém da perspectiva de favorecer uma relação entre universidade e mundo da produção, o que conduz a uma concepção de universidade a serviço do mercado, pragmática, baseada na resolução de problemas (do mundo produtivo e de suas decorrências), mais para a produção de tecnologia.

Na edição nº 33 (mai-jun/2000), a entrevista com Roberto Macedo sustenta que *“o mercado de trabalho quer o especialista generalizante ou eclético, isto é, uma pessoa competente numa área mas capaz de dominar outras se necessário”* (p. 8-9), daí inferindo a necessidade de flexibilização do ensino superior.

Já na edição nº 36 (nov-dez/2000), na coluna *Escolas*, a matéria “Um jeito diferente de educar” traz como lide o seguinte enunciado: “Professores criam maneiras diferentes de ensinar, de transmitir conhecimentos e valores e obtêm sucesso nas escolas”.

Novamente, como já ocorrera na revista nº 33 (mai-jun/2000), aparece a expressão “diferente” que faz pressupor uma relação com uma prática que se poderia caracterizar como vigente e que se expõe a questionamento, isto é, a um processo de desqualificação. O tempo é marcado em 2000, três anos após a nova LDB. Assim, entendemos que seja diferente relativamente àquilo que se pretende mudar.

Já na edição nº 38 (mar-abr/2001), a capa enfatiza “As 10 maiores universidades do Brasil”. Essa reportagem vem antecedita de outra, cujo tema também é o ensino superior, tratando da questão curricular: “UNIVERSIDADES otimizam CURRÍCULOS com serviços à COMUNIDADE”. Os destaques no título fazem parte de mudança na editoração gráfica e evidenciam o tema, seguindo uma lógica do geral para o particular: dentro do mais geral que são as universidades, estariam os currículos; dentro destes,

por sua vez, estaria a comunidade, que figura instrumentalizada, a saber: *“O interessante é perceber que essas ações na comunidade contribuem para a formação profissional do estudante, alterando o caráter exclusivamente técnico que vinha marcando o ensino no Brasil”* (p. 26).

Outro artigo do mesmo volume – “As MAIORES e as MELHORES: quem DEFINE é o aluno” – que insinua uma versão alternativa para “o mercado regula” – introduz depoimentos de vários reitores, dos quais destacamos o de Ruben Eugen Becker, reitor da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra – para quem:

“um dos desafios para a universidade brasileira, nesta virada de milênio, é saber ler os sinais desses novos tempos, uma revolução invisível, cujo diferencial é o fator humano, e no qual a Universidade cria a consciência e atua sabendo que não é mais a única agência de formação com o surgimento das, assim chamadas, universidades corporativas, atentas para resolver o problema de treinamento e atualização profissional.

Nesses novos tempos, flexibilidade, rapidez e agilidade de mudanças, eficiência e eficácia das ações são fundamentais. A sintonia com o mercado para analisar as necessidades e aspirações, para atender bem o estudante faz a diferença. Tornam-se, cada vez mais, imprescindíveis as parcerias e as alianças.

O imperativo da responsabilidade social também está presente. A transformação do processo pedagógico com novas estratégias de ensino, novas tecnologias, maior qualificação docente, interdisciplinaridade e responsabilidade, além de mudanças radicais no processo de avaliação pedagógica, são inadiáveis. Competência significa saber agir, mobilizar, transferir, aprender, engajar e agregar valor” (p. 51).

Dando sequência ao tema “Educação”, a coluna *Empresas* da edição nº 39 (mai-jun/2001) publica a matéria “FORMAÇÃO que vem de BERÇO... PROFISSIONAL”, com o seguinte lide: “Universidades corporativas ganham espaço dentro das organizações e formam funcionários, fornecedores e clientes em atividades específicas para atender o negócio”, frisando que *“alguém poderia perguntar se as universidades corporativas surgiram para preencher uma lacuna deixada pelas instituições de ensino convencionais, sejam faculdades, escolas de nível técnico ou de formação profissional. Não há uma resposta decisiva, mas a grade curricular montada pelas companhias enfraquece essa hipótese. A programação corporativa aborda temas para atender necessidades específicas da empresa e prevê cursos perecíveis e cargas horárias muitas vezes reduzidas”* (p. 15).

Parece-nos que o discurso produzido reúne uma série de elementos que pressionam pela aproximação da universidade em direção à empresa. Entre eles figurariam a universidade corporativa, a internet e a educação a distância e os centros de pesquisa não universitários. É importante observar que se trata de cursos de variado perfil e que remetem a níveis educativos diferenciados, reproduzindo estrutura similar à empresarial, à societária, cuja base são as diferenças de importância social do trabalho. Além disso, caracterizar-se-iam por uma perecibilidade que pode ser de três meses (Agitação nº 39 (mai-jun/2001, p. 16, col. 1).

Da entrevista de José Pastore, que recebeu o troféu Guerreiro da Educação do CIEE, veiculada na edição nº 41 (set-out/2001), recortamos trecho do diálogo entre a revista Agitação e o entrevistado, para caracterizar o território produzido a partir da relação pretendida entre universidade e mercado:

Agitação: O que acontece com essa massa de profissionais recém-formados, que entra no mercado de trabalho e, muitas vezes, despreparada em função da falta de qualidade?

Pastore: Se fizermos um balanço imparcial, veremos que a percepção do mercado de trabalho mudou muito. Já não seleciona mais pela profissão e pelo diploma, mas pelo conhecimento, de forma que os mal-preparados têm dificuldade para entrar. Só o diploma não adianta. O mercado vai testar. Antigamente, quando questionado sobre o que era importante para um profissional ser contratado, o recrutador respondia que ele precisava ser bom na área de conhecimento. Hoje, além disso, tem que apresentar lógica de raciocínio, idiomas e informática. Há diferenciação entre competência e diploma (p. 42).

Note-se que aparece a tensão existente entre *competência* e *diploma* – como já apontada por ROPÉ e TANGUY (1997) – Saberes e Competências: o uso de tais noções na escola e na empresa – e que o tema “Ensino Superior” volta à cena, agora com José Goldemberg em “Como MELHORAR o ENSINO SUPERIOR?” (Agitação nº 41, set-out/2001, p. 56). E ratificando a aproximação entre universidade e mercado, o texto “O legado de Pasteur”, trata da necessidade de “aproximar a ciência básica do desenvolvimento tecnológico” (Agitação nº 41, set-out/2001, p. 13).

Em geral, resumindo as constatações explicitadas nos textos e edições analisados, observa-se que, em se tratando de uma publicação institucional, a revista Agitação não registra tensão entre as posições assumidas pelos entrevistados. Entretanto, no volume nº 43 (jan-fev/2002), há destaque no editorial, assinado pelo presidente do Conselho de Administração do CIEE, para dois artigos. Um deles trataria de ouvir profissionais nas áreas de desenvolvimento socioeconômico: economia, política, educação, emprego,

ciência e tecnologia, saúde e 3º setor. O outro referir-se-ia à entrevista com o reitor da USP, à época. A tensão, a que já nos referimos e analisamos no Capítulo 1, geralmente não aparece nos artigos da revista em que temas polêmicos se destacam, pois sua formulação assume características de texto expositivo, ao passo que, na entrevista, essa tensão fica clara, como se poderá observar a seguir.

O contexto criado pela entrevista é dado pelas perguntas formuladas pela revista *Agitação*, que evidenciam o que chama de “desafio da educação brasileira neste início de século”. Vejamos as afirmações indiretas veiculadas nessas perguntas endereçadas ao entrevistado: “a realidade da USP é a mesma das demais universidades públicas: baixo índice de evasão, pouca valorização de atividades de ensino; a qualidade; a ampliação de ensino gratuito; o ensino a distância; a relação universidades–setor produtivo; a evasão: ingresso na universidade e formação concluída; e se o estágio ajuda a certificar-se da escolha e a ingressar no mercado”.

Em linhas gerais, as propostas do Reitor da USP à época se referem à formação de professores qualificados para o ensino médio (*Agitação* n° 43, jan-fev/2002, p. 10, col. 2) que formariam melhores alunos, que se tornariam profissionais, professores e pesquisadores mais capazes e formariam no Ensino Médio alunos melhores, defendendo a indissociabilidade ensino–pesquisa; as propostas do Reitor ainda se referem à ampliação de vagas, redução da evasão e valorização das atividades docentes na graduação (*Agitação* n° 43, jan-fev/2002, p. 10, col. 3) e também à flexibilização de currículos para permitir acompanhar as transformações da *sociedade* (nosso grifo), criar cultura de produção de material didático, utilizar intensamente as modernas tecnologias da informação, promover a inserção internacional dos cursos, ampliar programas de iniciação científica, valorizar as atividades de ensino de graduação na avaliação docente e debater sobre ampliação de vagas.

Reproduzem-se, a seguir, trechos da referida entrevista por sua relevância para a caracterização dos universos discursivos em que entrevistado e entrevistador transitam:

Agitação: “Como está a relação da universidade com a realidade do setor produtivo – as empresas? De que forma as universidades estão investindo para antecipar soluções, tanto no campo de pesquisa e ciência como no da formação de professores que atendam às futuras demandas de mercado para o desenvolvimento do País?”

Já o dissemos, conforme analisamos no Capítulo 1 desta dissertação, a questão colocada pela Revista Agitação pressupõe dever existir uma relação entre universidade e setor produtivo, inferência que se estabelece por processo de análise de pressuposição, ou seja: a asserção “como está a relação da universidade com a realidade do setor produtivo” tem como pressuposto que “deve haver uma relação” . Outro pressuposto que daí advém é que a universidade deve investir na antecipação de soluções em pesquisa/ciência e em formação de professores: atender a futuras demandas de mercado para o desenvolvimento do País – também não ficando claro o que se entende por “País” (nação, população, setor produtivo?), o que vem a ser alterado na resposta, pois a entrevista consiste em colocar um cenário dentro do qual o entrevistado transite; mas no caso o entrevistado se afasta, criando um outro cenário. Vejamos:

Resposta do entrevistado: “A universidade transforma o aluno recém-chegado do ensino pré-universitário em profissional altamente qualificado. Não há passo maior para o desenvolvimento dos indivíduos e da própria sociedade, pois o cidadão bem preparado poderá interagir com o Estado, participar dos debates e

oferecer soluções inovadoras. Para isso, no entanto, é preciso o comprometimento com a sociedade e a consciência de que em todas as áreas do conhecimento – da biologia molecular à filosofia – o saber deve visar ao bem social, pois a velocidade dos avanços técnico-científicos e das transformações sociais impõe maior urgência na solução dos problemas”.

O entrevistado fala em “desenvolvimento dos indivíduos e da própria sociedade”, em “interação com o Estado, participação nos debates e oferecimento de soluções inovadoras”, e em comprometimento com “a sociedade” e com um “saber” que “deve visar ao bem social”, não tratando, portanto, da relação empresa-universidade, marcando distanciamento desse território criado pela pergunta da revista Agitação.

Sobre a pergunta a respeito do estágio e escolha profissional e mercado, eis a resposta:

“O estágio é uma forma eficiente de integrar a teoria aprendida na sala de aula à prática profissional. Durante o estágio, o aluno tem a possibilidade de vivenciar o dia-a-dia da carreira que escolheu e fazer suas próprias escolhas no que diz respeito à futura especialização, por exemplo. Além disso, o estágio insere o aluno no mercado de trabalho, permitindo que ele fique continuamente antenado ao que acontece em sua área de atuação.”

Novamente o entrevistado se mantém no seu território conceitual, evitando o discurso que o vincularia ao universo mercadológico-empresarial, ou seja, evitando o convite da revista a olhar do ponto de vista do setor produtivo. Assim, mantém-se distanciado desse ponto de vista, rejeitando manifestar sua adesão. E o faz referindo-se à integração teoria-prática profissional e à carreira, mas não ao Mercado. O entrevistado fala em

“mercado de trabalho” porque o estágio, enfim, realiza a inserção do estudante no mercado.

Seguindo ainda na trilha da educação, esse mesmo volume da revista (Agitação nº 41, set-out/2001) trata do “Profissional da nova era”, destacando que *“a fase de transformação, que terá grandes reflexos na vida nacional, implica necessariamente novos modelos de formação de recursos humanos. (...) a tendência é de que o mestrado e o doutorado deixem de ser o foco de atenção de quem quer atuar na área de ciência e tecnologia. ‘Há uma enorme carência de gerentes no Brasil. Cursos específicos dirigidos a empresas e cursos a distância deverão ser cada vez mais utilizados para garantir a formação de profissionais na área de tecnologia (...). Essa é uma tendência aceita em outros países, de que nem todo mundo precisa ir para a universidade”* (col. 1, p. 43).

Segue-se o então ex-presidente do CNPq defendendo: maior participação de recursos da iniciativa privada para pesquisa e criação tecnológica para o desenvolvimento sustentado do País, diminuir a dependência de *Know-how* estrangeiro, melhorar a competitividade do produto nacional; consolidação dos fundos setoriais criados em 2001 nas áreas de petróleo, gás natural, infraestrutura, energia, recursos hídricos, recursos minerais, espacial, telecomunicações, tecnologia da informação – para garantir recursos a pesquisa e desenvolvimento, à época num total de 6,5 bilhão / ano (1,5% do PIB) quando países desenvolvidos gastariam 2,5 a 3% do PIB; mudança na ordem do financiamento, à época 80% do governo e 20% da iniciativa privada (Agitação nº 41, set-out/2001, p. 43, col 3), propondo inversão dessas taxas, como na Coreia.

O artigo ainda considera os avanços alcançados nos anos 1990 na Educação – 96% de matrículas no Ensino Fundamental, aumento de matrículas no Ensino Superior em 20% e aumento de matrículas no Ensino

Médio em 29%, acrescentando as propostas do pró-reitor Graduação da Unicamp: universalização do Ensino Médio, qualidade do ensino superior e formação básica geral no Ensino Superior, não visando ao bacharelado ou à licenciatura nos moldes vigentes, tendo-se aí já um esboço do que hoje vem sendo atualmente denominado como Universidade Nova²⁴ bem como do processo de Bolonha²⁵.

Universidade Nova. *“De acordo com ele [pró-reitor da Unicamp], em um primeiro momento, o estabelecimento de escolas públicas capazes de garantir o oferecimento de disciplinas básicas e de formação humanista, poderia resolver o problema da ampliação da oferta com qualidade, garantindo ainda, em um segundo momento, a formação específica em algum*

²⁴ “Uma nova proposta de reformar a educação superior vem sendo discutida entre reitores de instituições federais de ensino superior, tendo como principal articulador o atual reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trata-se da denominada “Universidade Nova” ou “Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”, denominação esta surgida no projeto de decreto do governo federal que institui o programa de apoio à reestruturação e expansão das IFES. (...) A idéia central desse projeto é a implantação de bacharelados interdisciplinares (BIs), com o intuito de propiciar uma formação universitária geral, antecedendo a formação profissional da graduação e a formação científica ou artística da pós-graduação. As principais bandeiras em sua defesa são: evitar a escolha profissional precoce, visto que esta somente ocorrerá após a conclusão do bacharelado (três anos após a entrada no ensino superior); ampliar a base de conhecimentos gerais do aluno e oferecer flexibilidade na composição curricular, através da oferta de diversas disciplinas optativas. Justifica-se, também, que esses aspectos ajudariam a reduzir a evasão no ensino superior. Essa proposta busca ser uma referência compatível com o Modelo Norte-Americano e com o Modelo Unificado Europeu (processo de Bolonha)”. Denise Bessa Léda, doutoranda do Programa de Psicologia Social (UERJ), Universidade Nova/Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: mais uma dose da Reforma Universitária?, p. 6 e 9).

²⁵ “A Declaração de Bolonha estabelece que até o ano 2010 deverá ser consolidado o Espaço Europeu de Educação Superior, com a finalidade de alcançar três objetivos: 1. Aumentar a competitividade e a atratividade em nível internacional da educação superior europeia; 2. Melhorar a adaptação da formação dos graduados europeus às demandas do mercado de trabalho; 3. Desenvolver a mobilidade interna e externa de estudantes e graduados. Para alcançar esses objetivos, propõe as seguintes metas:

1. Desenvolver um sistema de graus comparáveis e compreensíveis para estudantes e empregadores; 2. Estabelecer uma estrutura de graus em dois ciclos (graduação e pós-graduação), sendo o primeiro relevante para o mercado de trabalho; 3. Estabelecer um sistema uniforme de créditos; 4. Desenvolver programas de intercâmbio para estudantes e docentes; 5. Estabelecer mecanismos de cooperação entre as instituições de educação superior para a garantia da qualidade da formação; 6. Promover a dimensão europeia da educação superior”. Virginia Alonso Hortale e José-Ginés Mora. Tendências das reformas da Educação Superior na Europa no contexto do Processo de Bolonha. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 937-960, Especial - Out. 2004.

curso regular de graduação. ‘Com isso, teríamos um grande contingente de jovens egressos do ensino médio atendidos pelo desenvolvimento de ‘estudos universitários gerais’ e, a partir daí, cursos de graduação mais longos”.

Vários outros textos remetem às mesmas posições já evidenciadas, sendo relevante ainda a que defende o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e Conselheiro do CIEE, Presidente do Instituto Roberto Simonsen – à época – para quem *“é necessário desmistificar o antigo e inexplicável tabu de que as empresas estejam muito distantes das universidades e institutos de pesquisa. É preciso conceituar corretamente essa relação sem preconceitos. A ciência é um bem público. Ou seja: o Estado não pode e não deve omitir-se no seu desenvolvimento; para que a ciência e o conhecimento produzam desenvolvimento econômico e social, é necessário que deles as empresas se apropriem, transformando-os em processos tecnológicos”* (Agitação nº 41, set-out/2001, p. 48).

Assim, em sua edição nº 22 (fev-abr/1998, p. 10), tratando dos desafios da Educação Brasileira no século XXI, declara-se que o aumento da competitividade, os avanços tecnológicos, o mercado de trabalho concorrido constituem características que compõem o panorama do mundo atual e que, *“Neste contexto de profundas transformações, a educação torna-se essencial principalmente, entre outros motivos, por ser o caminho de adaptação e preparação desse novo cenário. Discutir e analisar, então, a formação dos futuros profissionais, a atuação das escolas, o novo perfil dos estudantes mostra-se uma tarefa fundamental.”* Por isso, na mesma edição, Luiz Gonzaga Bertelli acrescenta que *“... o estágio nas empresas ganha importância como meio de formação dos futuros profissionais. As empresas serão beneficiadas ao colaborar na preparação desses profissionais, dotando-os de habilidades e competências que se antevêm como exigência do mercado produtivo.”*

Em síntese, o que se vê nas várias séries de textos selecionados neste capítulo é a clara visão de que o Setor Produtivo Industrial paulista tem uma expectativa e um projeto de Educação segundo o qual sua produção deve estar a seu serviço. Essa visão, que parte da necessidade de dotar as empresas de competência para a competitividade do mercado nacional e internacional, prescinde da reflexão sobre o que a Universidade deve ser, tendo como referência sua história e sua autonomia.

Além disso, ao conceber e alimentar um projeto de Educação Superior e ao propugnar por ele, por exemplo, através da revista *Agitação*, o CIEE projeta um perfil profissional, que passamos a descrever a seguir.

PERFIL PROFISSIONAL

Ainda sob a égide da “exigência” e da “adequação”

É nesta rubrica que encontramos maior número de conteúdos de análise para esta pesquisa. Em geral, foram extraídos das seguintes colunas: *Escolas, Empresas, Perfil, Oportunidade, Profissões, Cartas, Entrevista, Carreira, Perspectivas, Mercado, Comportamento, Serviços, Ponto de Partida, Gerais, Novas Idéias, Destaque, Atualidades e Capa.*

Nos textos até aqui analisados, foi possível verificar a incidência de expressões como “adequação”, “integração”, “exigências”, “estar preparado”, “*ser fundamental que o estagiário apresente*”, “*determinar sua aceitação no mercado de trabalho*”, “*treinar*”, “*como se preparar para o mercado de trabalho*”, além de outras de mesmo campo semântico que não enumeramos aqui. A ideia de adaptação à cultura da empresa é recorrente e parece induzir a uma forma de consentimento – ou seja, de aceitação de um ideário em detrimento de outros possíveis, o que tenderia a diluir conflitos na relação Capital / Trabalho.

Alguns artigos adotam uma forma textual que assim se estrutura: a revista contextualiza um dado cenário e passa a apresentar depoimentos de pessoas bem posicionadas na carreira profissional. Não raramente, essa condição de passividade a que o discurso submete a figura do estagiário (futuro profissional) manifesta-se nesses depoimentos, que, por sua vez, tratam do dinamismo e da criatividade que seriam as características do perfil profissional cobiçado pela empresa.

São exemplos, com grifos nossos:

Agitação nº 30 (out -dez/1999):

- a. *“Empresas preferem preparar funcionários que sejam comprometidos com a organização”* (Voz de Lígia Martins, gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Grupo Pão de Açúcar, p. 10);
- b. *“Queremos jovens dinâmicos, que estejam preocupados em se formar e tenham facilidade de adaptação à dinâmica da empresa”* (Voz de Lígia Martins, p. 10);
- c. *“... ao ser recrutado junto ao CIEE, é fundamental que o estagiário apresente algumas características comportamentais básicas. (...) essas características foram determinadas através de pesquisa realizada pelo setor de Recursos Humanos, que identificou 10 itens básicos no comportamento do estagiário e futuro profissional. Eles são: conhecimento essencial, habilidade de comunicação global, visão estratégica, atualização tecnológica, consciência da cidadania global, relacionamento, equilíbrio e coerência, postura empreendedora, interesse e comprometimento, flexibilidade e adaptabilidade”* (Voz do Superintendente de RH da Credicard S/A, p. 11);
- d. *“Para fazer parte do programa de estágios, o Personnalité Itaú exige que os estudantes tenham como característica habilidade de relacionamento pessoal e criatividade, além de muito entusiasmo e interesse em se desenvolver na área financeira.”* (p. 12, voz de...);
- e. *“Mas qual o perfil dos jovens escolhidos pelas empresas para ser um Trainee? “É justamente aquele detectado nos famigerados processos seletivos, que, como uma máquina de*

Raio X, fazem uma radiografia da sua potencialidade em algumas horas. Passa no exame quem, além de apresentar os requisitos técnicos – como fluência em idiomas e conhecimento em informática – sabe muito bem dizer o que é e o que quer. (Voz da supervisora de Recrutamento e Seleção do CIEE). O que conta realmente, além dos conhecimentos técnicos e acadêmicos, é o potencial, o desempenho e o talento dos candidatos” (p. 20);

f. O objetivo do Sistema de avaliação do CIEE é “compatibilizar o perfil do candidato com a cultura da empresa, levando em consideração uma análise criteriosa do potencial do jovem” (p. 21); no mesmo artigo: *“Nosso papel é assessorar as empresas no processo decisório a partir da seleção efetuada, apresentando-lhes, de forma rápida e eficiente, os candidatos para a seleção final”, com os seguintes instrumentos: “dinâmica de grupo, entrevistas, palestras, aplicação de testes de personalidade, idiomas e informática”* (Voz da supervisora de Recrutamento e Seleção do CIEE);

g. “O aluno aprende a compreender o ponto de vista da empresa e a comportar-se como candidato, reforçando qualidades que satisfaçam a organização.” (Voz supervisora de Desenvolvimento Estudantil do CIEE a respeito do Workshop Processos Seletivos & Marketing Pessoal, oferecido pela instituição, p. 24).

Na edição nº 25 (nov-jan/1999, p. 8), essa ideia de adequação fica clara, ao asseverar que os estudantes, ao participarem de visitas às empresas, têm *“também a oportunidade de dar início à construção de seu*

perfil profissional, ao observar as atitudes e os comportamentos dos profissionais, como linguagem usada, vestuário, postura, hábitos, etc.”.

Dentro desse viés de “adequação”, a Revista reproduz a perspectiva do CIEE como preparador de grupos que se submeterão a processos de seleção, divulgando os modelos a que os interessados devem se adaptar (Agitação nº. 30, out-dez/1999). Figuram como características avaliadas durante o processo seletivo: *apresentação pessoal, capacidade de comunicação / negociação / persuasão, criatividade, dinamismo / iniciativa, espírito empreendedor, flexibilidade para adaptar-se a outras funções, liderança, poder de planejamento / organização / decisão, postura, relacionamento interpessoal (saber trabalhar em equipe), boa formação cultural, domínio de outros idiomas e de informática e capacidade para realizar várias tarefas.* Daí vir a difundir formas de “como se preparar” (Agitação nº 30, out / dez 1999, p. 20), cujas recomendações são as que seguem, com destaque para o uso do modo imperativo: *participe de programas de estágio, faça um curso generalista na graduação – como engenharia ou administração – e depois parta para a especialização com uma pós-graduação, leia para manter-se informado, sendo o ideal um jornal, diariamente, e revistas semanais, leia também para ampliar sua cultura – desde literatura científica até a clássica, como Machado de Assis e outros grandes autores, faça cursos de informática e idiomas e aplique seu tempo em sua formação (vá ao cinema; se possível, viaje; vá a museus e exposições).*

Diante dessas características que seriam conteúdo e base para os critérios de avaliação durante processos seletivos promovidos pelo CIEE – , procedemos a uma categorização, observando que não aparecia referência enfática a conhecimentos especializados, mas a capacidades mais dependentes de características pessoais, menos dependentes de uma preparação tópica e muito dependentes de uma história de preparação, além

de capacidades menos influenciadas pela ação pedagógica formal, como é o caso de liderança e criatividade.

A	Comportamento	Apresentação pessoal Postura
B	Personalidade	Capacidade de comunicação / negociação / persuasão Liderança Relacionamento interpessoal (saber trabalhar em equipe) Criatividade Dinamismo / iniciativa Espírito empreendedor
C	Instrução	Boa formação cultural Domínio de outros idiomas e de informática
D	Plasticidade	Flexibilidade para adaptar-se a outras funções Capacidade para realizar várias tarefas Poder de planejamento / organização / decisão

Quadro 1

Segundo a Supervisora de Recrutamento do CIEE, no texto “Como enfrentar dinâmicas de grupo” (Agitação nº 30, out-dez/1999, p. 21), “o objetivo é analisar a postura e as soluções dos candidatos para sair da situação apresentada”, aconselhando o candidato a ser autêntico, natural e não fingir comportamentos e atitudes que não fazem parte de sua personalidade, pois “o que determina a seleção é o perfil da vaga, da empresa e do candidato”.

No artigo (Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 33), a Revista recorre ao consultor Max Gehringer segundo o qual “a palavra agora é adaptação: quem entra no mercado deve estar preparado para mudar de rumo várias vezes, algumas delas radicalmente. E mudar de rumo não significa apenas mudar de área, mas também de estado ou país” e – de modo realista – constata que “nunca houve tanta gente tão preparada para assumir cargos e funções importantes nas empresas, mas não há cargos e funções importantes para

todo mundo. Isso é uma maravilha, mas só para as empresas, elas podem escolher a dedo seus colaboradores”.

Aprender a mudar e a correr riscos

Já no artigo “*Os primeiros passos*” (Agitação nº 30, out-dez/1999), aparecem como exigência “conhecimentos técnicos e acadêmicos” ao lado de “poder de argumentação” e menção à necessidade de desenvolver as “*habilidades*” e os “*conhecimentos*” dos jovens para que possam orientar-se na escolha da carreira profissional – formação acadêmica, cursos, instituições de ensino e processo decisório da profissão (p. 22, grifos nossos). Também no artigo “O desafio é aprender sempre” (p. 28), está a recomendação segundo a qual, para sobreviver no mercado, haveria necessidade de não se acomodar, pois o mundo seria de quem aprende a mudar e a correr riscos.

O tema necessidade de mudança é recorrente e, na voz do consultor em inteligência estratégica da ESPM (Mario Kempenich, Agitação nº 30, out-dez/1999), mudar exigiria novas posturas dos estudantes e recém-formados. Daí o conselho: buscar o trabalho em empresa aberta, voltada para um processo e não para uma função, que esteja voltada para o cliente e o mercado e não para a produção e tecnologia, uma empresa que teste suas ideias e as patrocine, onde a sua chance de crescer seja maior. Assim, o desafio dos tempos modernos implicaria aprender a aceitar desafios, correr riscos, ousar, inovar e criar. Enfim, aprender a mudar, a mudar sempre. Criar uma oportunidade profissional a cada ano pela renovação de conhecimentos, da atualização, do aprendizado constante, o que exigiria MBAs, seminários, cursos, palestras, reuniões com associações e grupos de interesse comum, pesquisa diária na Internet de novas fontes de informação, leitura.

Abordando o tema “emprego” a partir de referências à Globalização, com as grandes companhias engolindo as menores, a revista expõe dicas

para salvar o emprego: *“muita calma e profissionalismo garantem o lugar na empresa”*. Por essa razão, destaca que *“tornar-se um agente da mudança é a melhor atitude para quem quer salvar seu emprego”*. *“Os funcionários precisam se desarmar, tentar não resistir a um processo irreversível”*, segundo o diretor presidente da Lens & Minarelli Consultoria de Outplacement e Aconselhamento de Carreira, membro do Conselho de Administração do CIEE, (Agitação nº 30, out-dez/1999, p. 41).

Conhecer a comunidade

Também foi possível notar que, na relação do estagiário com as comunidades, o mercado se vê contemplado dentro do continente “comunidade”. Essa relação, aliás, seria vista de forma unilateral com vistas no sucesso futuro do estudante frente ao mesmo mercado, do que resulta essencialmente não um conhecimento da realidade das comunidades para incorporação à cultura da pesquisa e do pesquisador como elemento de intervenção na produção acadêmica, mas na abertura de canais para o estagiário, numa expressão individualizante do voluntariado e instrumentalizante dessas comunidades.

É o caso particular do artigo “Escola aproxima estudantes da comunidade” (Agitação nº 30, out-dez/1999), que é curioso por sua formulação. Introduz a UFBA (Universidade Federal da Bahia) com projeto de contato com as comunidades e a seguir (p. 15) entra com referência ao mercado. Isso permite fazer a leitura de que comunidade inclui mercado, ou seja, mercado é visto como comunidade.

Trabalho e estudo – iniciar cedo no mercado como uma “exigência”

Agitação veicula a ideia de que o jovem deve começar cedo no mercado de trabalho. É o que sustenta Eduardo Giannetti da Fonseca, no

artigo “O jovem deve começar cedo no mercado de trabalho” (Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 8). Essa tese é restabelecida, na mesma edição, sob a rubrica “O eterno aprendiz”, na coluna *Perspectivas*, figurando o lide “Esse é o perfil do profissional sintonizado com as novas exigências do mercado de trabalho que hoje precisa começar a se preparar para o emprego já no segundo grau e nem pensar em parar de estudar” (Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 28).

O artigo ainda afirma que “Não basta mais só estudar, agora é preciso aprender para aplicar. A pessoa deve estabelecer uma harmonia constante entre o aprender e o aplicar”. Afirma também na voz da revista Agitação que “houve a superposição dos dois blocos (estudar / trabalhar”: “A pessoa passa continuamente de um para outro. Estuda, aprende, trabalha, aplica, descobre que precisa aprender mais, volta a aprender, aplica e assim por diante, numa harmonia entre o aprender e o aplicar” – aqui nas palavras de Simon Franco, “um dos mais antigos headhunters do Brasil” (coluna *Perspectivas – O Eterno aprendiz*, Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 28, col. 3), completando que “hoje ser universitário é quase ser um analfabeto em nível superior no mercado de trabalho, principalmente na área dos executivos” e que para se qualificar, a pessoa precisaria mais do que isso, “então se fala em MBA (*Master Business Administration*), pós-graduação, licenciatura, doutorado e até quinto grau, que é o pós-doutorado. Essa é tendência inevitável num mundo em mutação acelerada, onde tudo fica obsoleto tão rapidamente que está criando a figura do ‘aprendiz eterno’”.

Autogestão da carreira

Com base nas palavras de Jean Pierre Marras, professor de administração de RH da PUC-SP e consultor de Administração e Recursos Humanos, a revista difunde o que seria mais um elemento caracterizador do perfil do profissional: até três ou quatro décadas atrás, empresas assumiriam

a responsabilidade de desenvolver talentos e investir na qualificação de executivos; hoje estariam deixando de lado a ideia de obrigatoriedade de desenvolver talentos – em função do novo desenho de um mercado de trabalho globalizado, os profissionais abandonariam a atitude passiva, de aguardar a iniciativa da empresa, e assumiriam posturas pró-ativas. Ou seja: *“eles mesmos planejam e investem em seu desenvolvimento (...) em função de sua empregabilidade”*. Disso se seguiria que empresas (dada a redução de postos de trabalho e o aumento de candidatos a empregos) passariam a ser mais rigorosas nos processos seletivos, daí que o diploma deixaria de fazer a diferença e passaria a ser visto como credencial obrigatória. Pós-graduação, inglês e espanhol passariam de *“must”* (leia-se: um diferencial extraordinário) a naturalidade. Assim, Marras concluiria que “esta é a tradução, na prática, do termo empregabilidade que é utilizado para designar o nível de atualização (ou desenvolvimento) de um profissional com relação às eventuais exigências do mercado de trabalho, na hora de competir face a uma oportunidade de emprego (Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 28).

O tema “diploma” volta na edição Agitação nº 39 (mai-jun/2001), no artigo “O valor do diploma” (coluna Novas Ideias, p. 86), assinado pelo presidente executivo do CIEE, diretor da FIESP/CIESP e da Associação Comercial de São Paulo – ACSP, Luiz Gonzaga Bertelli, conforme segue: *“Seria absurdo negar que um diploma de prestígio conta pontos na avaliação de um candidato a emprego. É fato comprovado por depoimentos prestados nos dois lados do balcão, tanto o dos responsáveis pela seleção quanto o dos contratados. Mas também seria absurdo supor que um simples diploma de escola renomada seja suficiente para eliminar os outros concorrentes. Ou, ainda, acreditar que a falta de uma grife escolar no currículo desqualifique, a princípio, o aspirante a um posto de trabalho – evidentemente, essa última afirmação vale para o crescente número de empresas que utilizam critérios modernos, racionais e flexíveis de recrutamento”*. O artigo acaba fazendo um resumo dos valores que se encontram no outro prato da balança em que

figuram outros requisitos valorizados pela empresa, como por exemplo iniciativa e capacidade de reverter situações, vontade de aprender continuamente (atualização permanente na área e em áreas paralelas, domínio de idiomas e realização de cursos pós-graduação, seminários, simpósios), a facilidade de relacionamento (trabalho em equipe, respeito aos colegas, ética no trabalho, eficiência, responsabilidade de cada um no resultado global da empresa) e a garra de quem pode avançar com esforço próprio.

Discorrendo sobre a diferença entre emprego e trabalho, a revista distingue que “daqui a uns dez anos, só haverá trabalho!” e que segundo Waldez Luiz Ludiwig, comentarista do programa Conta Corrente da Globo News, *“as empresas não querem mais um perfil de empregado, com carteira assinada ou não, mas sim um indivíduo empreendedor que administra a carreira profissional como se fosse uma empresa”* (Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 32).

Esse ideário vai desenvolvendo a ideia de que ser empreendedor significaria *aprender a correr riscos, amar o trabalho e tomar iniciativas*, concluindo-se com a voz de Ludwig, para quem *“todo mundo nasce empreendedor, faz parte da natureza humana”* (...) *esse espírito empreendedor vai sendo bloqueado pela educação familiar e pela escola*”.

Essa concepção de que o emprego acabaria é contestada na mesma revista, porém em edição seguinte (Agitação nº 33, mai-jun/2000, p. 8-9), em entrevista do professor da USP, Roberto Macedo. Para ele, *“se a economia crescer, e com algumas alterações na legislação trabalhista, que hoje desestimula o emprego com carteira assinada, o emprego desse tipo pode também crescer. O estudante precisa estar preparado também para esse tipo de trabalho, mas não deve excluir a hipótese de trabalhar como*

empregado. Muitas empresas e o próprio governo continuarão a ser grandes empregadores”.

Cabe também aqui a consideração de que se se pensar empreendedorismo como espírito de competitividade, naturaliza-se a competitividade nessa proposição. Ao mesmo tempo, a mesma proposição desqualifica as ações educativas da família e da escola, o que contribui para reiterar o que já se apontou anteriormente sobre o item “educação” neste artigo. A Revista ainda completa: *“A tarefa que se impõe então é resgatar esse nosso dom natural de empreendedor. E um bom empreendedor percebe as oportunidades e é atento às novas possibilidades, bem como toma a iniciativa de realizar idéias e ações que são necessárias, não esperando que alguém as realize primeiro ou as mande realizar. Um bom empreendedor tem fogo próprio, corre riscos sem se expor a perigos, compromete-se do fundo da alma com as metas e os resultados. Também estipula objetivos pessoais que se somam aos objetivos da organização e tem obsessão pelos resultados, sem precisar para isso se estressar”* (Agitação nº 32, mar-abr/2000, col. 1, p. 33).

Agitação termina afirmando que *“para se destacar dos outros talentos não adianta mais ser só criativo, ter entusiasmo e vontade de crescer, itens obrigatórios para quem disputa trabalho em uma empresa sólida”* e, ainda uma vez apoiando-se em Gehringer, *“o diferencial se resume a duas coisas: rede de contatos e visibilidade”* (Agitação nº 32, mar-abr/2000, p. 37, col 3).

Embora esteja no plano comportamental, também concorre para a configuração de um perfil profissional a matéria da mesma edição (Agitação nº 32, p. 52) em que aparece a forma de *“como obter sucesso na entrevista para emprego”*, dando conta de que o ideal é manter-se informado, saber ouvir, demonstrar segurança e destacando alguns elementos do Guia prático

do emprego, de Ronaldo Medeiros (Ediouro), a saber: ouvir mais e falar menos; não gesticular em demasia e olhar o entrevistador nos olhos (demonstra segurança); responder com objetividade (sem muitos comentários e floreios); não entrar fazendo perguntas (esperando que se dê a palavra); evitar iniciar com perguntas sobre salário, benefícios e horários de trabalho; interrogar sobre a empresa, seu ramo de atividade, participação no mercado, filosofia; apresentar-se visualmente bem; dizer sempre a verdade.

Em entrevista de Roberto Macedo já citada (Agitação nº 33, mai-jun/2000, p. 8-9), o professor da USP afirma que *“o mercado de trabalho quer o especialista generalizante ou eclético, isto é, uma pessoa **competente** numa área mas capaz de dominar outras se necessário”*.

Currículo e entrevista de emprego

Outros caracteres se acrescentam ao perfil do profissional jovem, por via indireta, através do currículo e da capacidade de escrever. Ao preparar o currículo, recomenda a revista que *“hoje, o melhor modelo aceito é aquele focado principalmente na objetividade das informações e resultados”* (Agitação nº 33, mai-jun/2000, p. 18-19), com foco na objetividade das informações. Assim, se na área comercial, recomenda mostrar que o profissional atingiu metas de vendas; se área financeira, mostrar formação obtida; se área informática, mostrar linguagens de programação que domina. Já se o candidato não tem experiência, o currículo deve ter folha única, começando pela identificação do candidato e formas de contato (fone, e-mail, endereço etc.) e, *“dizendo a verdade”* (Agitação nº 32, p. 52 e nº 33, mai-jun/2000, p. 19), mais três etapas, a saber:

- 1) formação, escola e período de estudo;
- 2) atividades extraclasse (representante de turma mostra capacidade de negociação, relacionamento interpessoal e liderança); trabalho em empresa júnior demonstra interesse pela área, atuação em promoções de

viagens e excursões culturais mostram iniciativa e capacidade de lidar com dinheiro;

- 3) informações adicionais (idiomas – nível de conhecimento e fluência –, atividades esportivas, culturais, teatro, informática (dados relevantes para a atividade)).

Enfim, o que pesaria na decisão para os que não têm experiência seria a entrevista e a dinâmica de grupo. Mas, de acordo com o texto “Os segredos de um bom texto” (Agitação nº 33, mai-jun/2000, p. 30), *“tão importante quanto um bom currículo, ter habilidade em comunicar-se é indispensável para o profissional que procura ser bem sucedido no mundo competitivo do mercado globalizado”, pois “as empresas não consideram apenas a capacidade de expressão verbal (sic), mas a facilidade de escrever de forma clara, concisa e objetiva”.*

Dois outros caracteres que contribuiriam para desenhar o perfil profissional defendido pelo periódico seriam: (1) a ética – *“Com o avanço tecnológico, o preparo técnico deixou de ser um diferencial maior entre as pessoas que querem desempenhar um trabalho profissional. O perfil da personalidade do profissional, sua conduta ética e sua maturidade passaram a ser vantagem competitiva nos processos de seleção de empresas de pequeno, médio e grande porte. Dificuldades técnicas podem ser superadas com treinamento, ao passo que caráter não se modifica apenas com cursos ou estudo”* (Agitação nº 36, nov-dez/2000, p. 22-24) e (2) o conhecimento de outras culturas – *“Nada mais interessante do que viajar para aprender. Vivenciar a cultura estrangeira é uma atividade cada vez mais procurada e valorizada”* (Idem, p. 28).

Ainda na caracterização do perfil profissional, o conteúdo de Agitação nº 42 (jan-fev/2002), em sua coluna *Comportamento*, dispõe sobre a falta de bom senso de candidatos a emprego. Daí o Box *“Erros e Tropeços – o que*

evitar ao fazer entrevista” aconselhar que se evitem as seguintes “mancadas”: chegar atrasado ou não cumprir os horários preestabelecidos das atividades; esquecer de levar o currículo; deixar o celular ligado durante a entrevista; chamar o entrevistador de “querido” ou por apelidos; questionar o entrevistador sobre assuntos pessoais; ser bajulador; falar mal de ex-empregos/empresas/chefes; manter postura arrogante; ser prolixo, repetitivo ou monossilábico durante o discurso; por falta de visão, falar demais e ouvir pouco; demonstrar acomodação, não mostrando interesse em crescer na empresa; chupar balas ou mascar chicletes.

A mesma matéria, a Revista ainda trata de “*deslizes*” que também devem ser evitados na elaboração do currículo, conforme segue: anexar carta de apresentação (*), anexar foto (*), incluir documentos (certificados, histórico escolar, declarações, etc.) ou citar números de RG, CPF, reservista, entre outros; citar nome dos pais, altura, peso, cor dos olhos, etc; omitir dados importantes; colocar capa ou encadernar o currículo; detalhar em demasia as atividades desenvolvidas; detalhar o conteúdo programático do curso; elaborar um currículo com mais de duas folhas; enviar mais de uma cópia para a mesma empresa; anunciar pretensão salarial (*); escrever à mão qualquer tipo de informação; rasurar; cometer erros de português; datar o currículo; citar qualidades e aspectos de personalidade; assinar o currículo, lembrando que os itens assinalados com asterisco (*) referem que não devem ser cometidos tais deslizes “*a não ser que a empresa solicite*”...

Criatividade versus controle

Na voz do engenheiro Antônio Jacinto Matias, diretor executivo do Banco Itaú, a edição nº 26 (jan-fev/1999, p. 46) lembra que “*um dos grandes desafios do profissional dos novos tempos é **ser criativo e inovador**. As pessoas deixam de ser vistas pelas empresas como fator de produção e passam a ser valorizadas na sua capacidade integral*”. Por conseguinte,

afirma o texto, “devemos entender o cenário global e agir nos detalhes. Além de técnica, precisamos desenvolver a sensibilidade e a determinação para perceber e aproveitar as oportunidades”.

Cumpra observar que, de um lado, a revista faz apologia da criatividade e, de outro, da submissão – elencando pormenores irrisórios, que chegam ao detalhismo, sem qualquer tipo de adjetivação ou avaliação que expresse uma reserva sequer, apenas como um silêncio (pela reprodução) que é, em última instância, uma forma de adesão a tais concepções. Por exemplo: de um lado o trabalhador / estagiário deve ser um inovador e, de outro, deve evitar “colocar capa ou encadernar o currículo”. Quando e em que aspecto, portanto, a inovação deveria estar presente? É como se houvesse um sistema de estímulo e refreamento a um só tempo. É contraditório exigir inovação sob controle ou tutela.

Na edição nº 43 (jan-fev/2002, p. 30), aparecem sob o título *Na hora H*, dicas para favorecer o desempenho durante o processo seletivo, quais sejam: pesquisar sobre a empresa, antes da entrevista, apontando-se o *site* da organização uma boa fonte de informação; conversar com pessoas da empresa; saber o conteúdo do seu currículo, como detalhes do histórico profissional; citar sempre informações verdadeiras e não mentir no currículo ou na entrevista; enviar o currículo somente para as vagas em que o perfil solicitado para a função corresponda ao seu; comentar sobre salário quando for solicitado; fazer referências, se solicitadas, neutras ou positivas sobre antigos chefes, colegas de trabalho ou empresas; nunca dar referências negativas (é necessário lembrar que, em outras edições, recomenda-se não mentir); perguntar o que a empresa espera de você. Aconselha também cuidado especial com a apresentação pessoal e postura: usar roupas limpas, bem passadas e sem exageros – não abusando de decotes, transparências, roupas justas e curtas; unhas limpas e aparadas; homens: cabelos bem tratados e curtos; mulheres: cabelos bem tratados e arrumados, maquiagem

leve e perfume moderado; comunicação verbal clara e sem erros de linguagem e gírias; expressão de suas ideias com espontaneidade, coerência e objetividade; contatos sociais de forma tranquila e agradável; responder prontamente às solicitações do interlocutor; ser firme, assertivo e fazer valer sua opinião, mas sempre respeitando os outros; saber ouvir; ter disposição e energia; manter uma postura participativa e demonstrar iniciativa.

A matéria parece ter relevância, pois a revista *Agitação* nº 44 (mar-abr/2002, p. 28), na coluna *Comportamento* reitera que “etiqueta também soma pontos para a carreira” e que *“Mais do que nunca hoje as empresas valorizam a postura do profissional, seu comportamento, educação e polidez nas várias situações”*, apresentando um quadro de dicas para jovens na primeira entrevista, apoiando-se na jornalista Célia Ribeiro: ser pontual – chegar 15 minutos antes do horário revela ansiedade; subir ao escritório exatamente no horário marcado; não fazer perguntas à secretária sobre quantas pessoas já se apresentaram para a função, nem a respeito do ambiente e condições de trabalho (isso também revelaria ansiedade); aliás, também não ficar se mexendo muito nem andando de um lado para outro; aguardar que o entrevistador, que está de pé, estenda a mão para cumprimentá-lo; ao sentar, não colocar a pasta ou bolsa em cima da mesa, mas sim nas pernas ou na própria poltrona; e, por mais jovem ou cordial que for o entrevistador, evitar familiaridades.

Segundo estudo do Grupo Catho, citado pela Revista como especializado na colocação de profissionais no mercado, *“dá-se preferência, no caso de candidatos masculinos, ao uso de terno azul-marinho, cabelos curtos, sem barba e bigode. Já para as mulheres, o estereótipo ideal inclui tailleur (blusa e saia do mesmo tecido), seguido do trio blazer, blusa e saia de tecidos diferentes. A pesquisa também revela que em 90% dos casos, a mulher com cabelos curtos e maquiagem leve é a candidata com mais chances de sair vitoriosa.”* (*Agitação* nº 26, jan-fev/1999, p. 38)

Como forma de reiteração do ideário descrito até aqui sobre o perfil profissional, a coluna *Ponto de Partida*, na edição nº 33 (mai-jun/2000), traz depoimentos de ex-estagiários que se manifestam favoravelmente a pontos destacados em várias matérias pela Revista, de forma a endossá-los. Veja-se o lide do artigo: *“como o estágio contribuiu para o início de sua carreira profissional”*:

- a) ratificando a ideia de que o jovem deve fazer um curso generalista e partir para a especialização mais tarde: *“Esses contatos estão dando-me noção geral da área [Turismo], o que me ajudará a definir a especialização que pretendo seguir.”* (A.S.M., 23 anos);
- b) reiterando a necessidade de o estagiário adaptar-se ao mercado: *“Os estágios contribuíram para que eu alavancasse a minha carreira. Desenvolvi uma visão multinacional (provavelmente multidimensional?), adquiri cultura muito maior e capacidade para me adaptar às características atuais do mercado. Por meio deles, pude comparar a prática com a teoria e verificar as diferenças entre ambas. Assim, tornei-me uma pessoa mais exigente”* (S.S., gerente de Marketing);
- c) reforçando o conhecimento de culturas estrangeiras: *“Ao sentir-me inserido no mercado de trabalho, percebi minhas novas responsabilidades e isso me fez crescer, afirma.”* (...) *Ganhei uma bolsa de estudos nos EUA e adquiri um aprendizado cultural muito grande”* (P.S., diretor de vendas e marketing);
- d) confirmando a ideia de estudo / trabalho / estudo (como teoria e aplicação): *“Estou aprendendo muito, inclusive conhecendo mais a*

fundo os conceitos aprendidos na escola. Está muito mais fácil entender, afirma” (M.R.O., estagiário de Zootecnia).

Gerenciar e empreender

O perfil profissional ganha novo contorno com a reflexão da revista Agitação nº 41 (set-out/2001, p. 7), “*Considerações*” assinado por Demério Lourenção, SP), em cuja coluna *Cartas*, um leitor apresenta a diferença entre *gerenciar* e *empreender*, arrolando que “*não são raros os casos de grandes executivos [que,] ao se desligarem de empresas, tentam empreender outra atividade de pequeno porte, com resultados desastrosos, perdendo as próprias economias acumuladas durante anos*”.

Essa distinção, que se encorpa ao longo da edição nº 41 (set-out/2001), parece autorizar a inferência de que gerenciar estaria para carreira enquanto empreender estaria para empreendimento. Entretanto, parece complexa a questão porque, contraditoriamente, um dos quesitos requeridos do novo perfil profissional é o espírito empreendedor. Na coluna *Mercado*, o texto “Espírito empreendedor impulsiona carreira” (p. 20), destaca-se que, “*uma vez descoberto e reconhecido, o espírito empreendedor deve ser adubado e cultivado*”.

A questão – que não é diretamente apontada pela revista – vem assim tratada no referido texto, do qual transcrevemos a passagem a seguir, que embora longa, é importante para o que se está aqui discorrendo:

“Segundo o dicionário Aurélio, o significado de empreendedor é ‘que empreende; ativo, arrojado, cometedor’. Tais atributos são como combustíveis que impulsionam o indivíduo em direção de suas metas, sejam elas a construção de uma carreira ou a consolidação de um empreendimento próprio. Surge, então, a

pergunta: a pessoa nasce com um espírito empreendedor ou o adquire ao longo da vida?

Personalidade

Talvez não haja uma resposta definitiva. Em alguns casos, é possível perceber com muita clareza uma personalidade com iniciativa. Em outros, essa faceta desperta e se revela numa situação crítica. O importante é que, uma vez descoberto e reconhecido, o espírito empreendedor deve ser adubado, treinado e cultivado pelo indivíduo, pois será um instrumento fundamental para a concretização de seus sonhos e planos”.

“A cultura brasileira não favorece a formação empreendedora. Enquanto nos EUA os pais incentivam os filhos a, desde pequenos, ter atitudes que estimulem seu lado empresarial, como vender limonada na porta de casa ou conseguir um emprego nas férias, no Brasil as características culturais são muito paternalistas.”

(Agitação nº 41, set-out/2001, p. 22, col 1)

Pode-se detectar um conjunto de elementos que caracterizam o profissional requerido pelo setor produtivo, destacando-se que esse profissional é visto como um projeto que, reunindo determinado perfil, configura-se como um talento. Este talento é o buscado pelo setor produtivo, que a revista Agitação trata de desenhar. Aqui apresentamos um resumo desses caracteres veiculados em vários artigos nas edições nº 22 (fev-abr/1998) e 29 (jul-set/1999), e que passamos a enumerar.

Na edição nº 29 (jul-set/1999), o perfil padrão do profissional requerido (e do estagiário, portanto) vem assim descrito: ter postura corporal e de comunicação, dominar a língua portuguesa, ler, estudar, procurar conhecer o máximo, ter extrema curiosidade, pois ela é a base do hábito do estudo, da leitura, da reflexão; aceitar jornada flexível de trabalho, prestar serviços, trabalhar por encomenda, por projeto (José Pastore, p. 5-9). Deve também ter

espírito crítico em relação à sua atuação (p. 10); deve ter formação para atuar com competência na sua área e vontade de operacionalizar o que lhe é atribuído, além de demonstrar empenho, organização, idoneidade e respeito às normas da organização” (jornalista Luiz Monteiro, p. 11); deve sempre buscar a postura de fazer de forma nova e melhor aquilo que já desenvolve, ampliando sua capacidade de inovação e recriação; estar muito bem informado sobre o ambiente das empresas no qual está inserido ou aspira entrar; deve ter claro seu papel na cadeia de atividades da organização. ‘Ele deve entender a importância da sua função e o quanto ela contribui e se inter-relaciona com as outras ações (Marco Antônio Perdiz, supervisor de Treinamento e Desenvolvimento da Agip Liquigás S/A, p. 12); deve evoluir continuamente, conciliando o aprendizado acadêmico com a sua utilidade prática; deve preocupar-se em aprender sempre mais e assimilar os conhecimentos, canalizando-os para o fortalecimento dos resultados da organização. (Mariana A Janecek Godinho, analista de RH da Nestlé S/A, p. 12)

Esse estagiário ou profissional deve ter liderança. “A liderança é um dom ou uma habilidade que pode ser adquirida? Enquanto alguns são líderes natos, uma grande maioria exerce influência sobre os demais por causa dos conhecimentos técnicos que possuem, afirma o consultor Cláudio Antônio Bertier, da Bassos e Associados. Ele explica que algumas características, como a empatia e o carisma, são pessoais e contribuem para o perfil de um líder”. (Agitação nº 29, jul-set / 1999, p. 17)

“Hoje, formamos homens certos para lugares certos”, explica Peres [Fernando Tadeu Peres, vice-presidente de RH da Volkswagen América do Sul]. Para o executivo, “o profissional ideal deve se aprofundar em duas ou três coisas, mas sem se transformar em especialista em generalidades.” (Agitação nº 29, jul-set / 1999, p. 43, col 1)

Por isso, segundo José Pastore, *“nem padrinho nem pistolão. Até mesmo diploma de escola de renome e reputação que antes abria portas, já não garante mais o emprego, o mercado, agora, só compra competência.”* (Agitação nº 29, jul-set / 1999, p. 8).

Talvez isso justifique a tendência à valorização da diversidade hoje: *“O novo profissional, portanto, deve transitar livremente nesse espaço que reúne culturas, tecnologias e pessoas diferentes mas que estarão se relacionando intensamente. E não se trata de fazer um esforço sobre-humano para confundir-se com indivíduos de outro país e tornar-se um deles, mas de entender sua cultura e utilizar esse conhecimento para otimizar ao máximo o desempenho profissional, em favor dos objetivos da sua empresa, agora multi-internacional.”* (Agitação nº 29, jul-set / 1999, p. 10).

É interessante notar o que Silvana Rocha, gerente adjunta de atendimento do CIEE, afirma ser uma tendência de um ano para cá (a referência é 1996), na edição 29, acima referida: *“tem sido mais valorizado o profissional do que a sua profissão, mais o aluno do que o seu curso. Os pontos comuns, independentemente da função e do cargo são a necessidade de raciocínio lógico, a afinidade com a informática, a capacidade para o trabalho em equipe, o domínio do inglês e conhecimentos gerais”*.

Finalmente, a fórmula se resume em investir em si mesmo, pois, segundo Luiz Carlos Cabrera, especialista na área de contratação de executivos, *“há uma mudança em curso nas características e qualificações dos profissionais. O mercado atual exige muito mais conhecimento do que experiência”* (Agitação nº 22, fev-abr/1998, p. 6). Para ele, *“ser empregável, então, é buscar o desenvolvimento das competências necessárias à realização do trabalho de maneira mais produtiva e com maior qualidade”*. Assim, as competências mais valorizadas são aquelas direcionadas ao desenvolvimento e capacitação pessoal, sendo as mais fortes competências

(a) a de compreender o negócio, ou seja, ter visão do todo, do funcionamento geral e das etapas necessárias para o andamento do trabalho e (b) a interpessoal, que envolve a capacidade de se relacionar bem, de administrar os conflitos e de compreender as pessoas, buscando objetivos comuns. Para ele, é preciso também muita competência para lidar com a informação, não bastando ter acesso a ela, sendo importante saber ouvir, sintetizar, reproduzir e analisar as entrelinhas.

Capítulo 3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encaminhar nossas considerações finais neste estudo, faremos uma breve recapitulação de nosso itinerário.

Propusemo-nos analisar uma década de publicação da revista *Agitação* do Centro de Integração Empresa-Escola, organização ligada à Fiesp – Federação da Indústria do Estado de São Paulo. Recortamos um leque de 48 revistas do período mais duas edições de valor informativo institucional, contemplando um quantitativo de 2.278 páginas.

Primeiramente, expusemos a hipótese segundo a qual o CIEE e a Revista *Agitação*, através do discurso competente, produzem a imagem de atores que, em razão dos lugares sociais que representam, autorizam-se a falar das “exigências” que compõem o perfil do estagiário, que influencia o perfil de trabalhador, e das necessidades de “adequação” do respectivo modelo educacional, segundo o ponto de vista do Setor Produtivo.

Por seu turno, o problema que se apresentou para esta pesquisa é como se dá, na revista *Agitação*, o processo de produção dessa imagem de ator autorizado. Para responder à questão, partimos de elementos da Análise de Discurso, mais especificamente do pressuposto, conforme o conceito de Maingueneau, com o qual pudemos detectar dizeres indiretos e constatar tensões. Também lançamos mão das formações imaginárias de Pêcheux, que possibilitou analisar antecipações dos lugares sociais referidos no Periódico, procurando clarear as forças que exercem influência na produção do discurso produzido/difundido na Revista através de um contingente de 85 mil exemplares distribuídos bimestralmente em dimensão nacional.

Também nos utilizamos da reflexão de Chauí sobre o discurso competente para mostrar que Estágio e Educação, colocados sob a égide de “exigência” e “adequação”, sofrem influências, justificando o discurso da necessidade de “adaptação”, produzindo não sujeitos sociais mas objetos sociais.

Assim, conforme vimos na introdução deste estudo, “o projeto liberal-corporativo social de Collor colocava explicitamente a educação a serviço da reprodução ampliada do Capital”. Foi isso, aliás, que a análise do discurso produzido em *Agitação* nos revelou. Vimos que as relações “exigência/adequação/adaptação”, com que se produz esse discurso, são a base para reproduzir a relação Capital-Trabalho, mediada pela Educação, tendo-se referencial no Mercado, a partir do qual se produz o perfil profissional e o modelo de educação superior.

O movimento em que a educação figura a serviço do Capital não é novo, mas reveste-se de uma particularidade, ao coincidir com um momento de descenso na capacidade de combatividade dos trabalhadores e da atividade representativa sindical, num cenário de flexibilização da produção e reestruturação das ocupações com contrapartida na multifuncionalidade e na polivalência dos trabalhadores, maior valorização do capital humano, em especial dos saberes não ligados ao trabalho prescrito e formal.

Disso se tem que o trabalho editorial da revista *Agitação* contribui para a construção do processo de consolidação dos sujeitos sociais filiados à burguesia industrial paulista e, por conseguinte, para a construção de sua hegemonia política.

Cumprе notar que as mudanças de cenário referidas levam à necessidade de produção do discurso hegemônico. Assim, apoiamo-nos em HARVEY, para quem “as *regras básicas do modo capitalista de produção*

continuam a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico”, lembrando duas necessidades: de controle dos salários e preços e de controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e controle sobre o trabalho envolvendo cooptação, cooperação, repressão e socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista.

A partir dessas considerações, concluímos que a produção do discurso da revista *Agitação* trabalha no sentido de reproduzir o discurso ideológico que sustenta as referidas relações. E o faz por um processo segundo o qual o potencial estagiário (por expansão, também o trabalhador) se vê praticamente obrigado a assumir o ponto de vista do Mercado. Por conseguinte, dadas as relações entre formação e trabalho, também a Educação vivencia conflito e contradição, no caso, envolvendo a Universidade e os lugares sociais de professores e reitores.

Para dar conta desse processo, o discurso explora os campos semânticos das unidades já referidas – “exigência”, “adequação”, “adaptação”. Constituem seu repertório linguístico os seguintes termos e expressões: *exige, exigência, exigida, adequação, adaptação, adaptação à cultura da empresa, como se preparar, precisar estar preparado, aceitação, mudança, não se acomodar, abandonar a passividade, mudar, aproximação (entre os setores empresarial e acadêmico), obrigatório, obrigatoriedade, integração.*

Vimos ainda que a tensão colocada para a Universidade não põe em questão sua competência – pois seria desorganizador, não sendo este o objeto do discurso ideológico, mas sua prática, ou melhor, o modelo de Educação Superior, isto é, seus princípios e fins.

Nesse processo que trabalha e influencia o ser trabalhador, do ser professor, do ser universidade, mesmo o ser empresário (categoria não homogênea), o discurso competente institui – pela repetição, isto é, pela aceitação das condições dadas por esse mesmo processo – as relações dos sujeitos sociais Estágio / Universidade com o sujeito ideológico Mercado, sob a forma de “exigências”, “adequação”, adaptação” reduzindo-os à condição de objetos sociais.

Finalmente, achamos oportuno lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu parágrafo 2, artigo 1º, Título I, determina que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. É claro que os sentidos para “mundo do trabalho” são passíveis de diferenciação a partir de pontos de vista diferentes, ainda que se parta do princípio legal de que a lei é para todos, na ilusão de sua unidade de sentido, e que portanto é uma só para todos. Assim, justifica-se a ação do discurso produzido em Agitação na busca de legitimar o ponto de vista do Mercado, da exigência, da adequação, da adaptação, promovendo a institucionalização de uma leitura para “mundo do trabalho”, que equivale a mercado.

É igualmente relevante lembrar que toda a gama de documentos jurídicos e doutrinários produzida a partir da Lei 9.394/96 orientou-se segundo esse princípio.

Vale também recuperar o que apontamos anteriormente a respeito de uma lacuna de publicação nas edições da revista Agitação. Coincidentemente ou não, o número 21 desse periódico é um marco divisório nos conteúdos da revista, deixando uma concepção editorial voltada para a cultura e passando a adotar um repertório de textos que tematizam o perfil do estagiário e a educação superior, declarando seus novos interlocutores – reitores, professores e empresários. Ora, esse número da revista Agitação data de

novembro-janeiro de 1997, próximo portanto do marco histórico de aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Potencialidades para estudos futuros

Em nosso estudo, realizamos um trabalho de exploração de texto. Assim, entendemos que resta muito por fazer para dar conta de conhecer essa instituição orgânica da burguesia industrial paulista, que é o Centro de Integração Empresa-Escola. Frisamos, entretanto, que, embora de origem paulista, através de Agitação, o ideário do CIEE ganha espaço em proporções nacionais, através de publicações bimestrais com tiragens de 85 mil exemplares, conforme já dissemos.

Resta sim conhecer essa instituição mais profundamente: suas práticas de entrevistas de estágio, formas e conteúdos da seleção de estagiários, conteúdos de cursos voltados ao preparo do perfil “exigido” pelo Mercado, seu interesse pela prática de estágio de estudantes médios (do Ensino Médio), como ficou explicitado recentemente em várias edições de Agitação, por ocasião das mudanças na legislação do estágio (cuja lei seguida até então era de 1977), conferindo agora ao estagiário um status que respeita seus tempos acadêmicos e sua condição de trabalhador, com alguns direitos sociais.

Resta também conhecer essa instituição do ponto de vista financeiro, dada *“a posição do CIEE, que desenvolvendo o papel de agente de integração, o faz de maneira não diferente das convencionais agências de empregos, remuneradas pela intermediação que operam. A exigência do agente de integração não nos parece promover a integração empresa-escola, antes acaba se transformando em agente dissociador na medida que dificulta*

*a interação direta entre ambos*²⁶. Do mesmo modo, coloca-se como conteúdo potencial de novas pesquisas saber a origem e destino de seus recursos, qual é o orçamento institucional, qual a geografia de sua territorialização e explorar a produção da autoimagem institucional como organização do Terceiro Setor.

Seguindo o rastro deste estudo, há ainda espaço para explorar as produções de Agitação sob o ângulo dos gêneros textuais e suas implicações na produção do discurso dessa organização filiada à Fiesp e representativa da burguesia industrial paulista. Ainda nesta mesma linha de pesquisa, há espaços para investigar ocorrências de sequências discursivas próprias do discurso publicitário em textos jornalísticos.

Por último, vale investir mais detalhadamente na concepção de educação e de modelo de ensino superior preconizado pelo Centro de Integração Empresa-Escola e mesmo pela Fiesp.

²⁶ Miguel Henrique Russo. *Avaliando o ensino técnico*. Jornal do CEET Paula Souza, Ano I, nº 7, novembro/1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONACCI, M. Antonieta M. 1993. *A vitória da razão? O Idort e a sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero/CNPq.

BORGES, Maria Virgínia. *A dêixis discursiva: formas de representação do sujeito, do tempo e do espaço no discurso*. Revista do GELNE. vol. 2, n º 2, 2000.

BROCK, Colin e SCHWARTZMAN, Simon. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. *A relação universidade - empresa na perspectiva da burguesia industrial*. O Instituto Euvaldo Lodi. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. *In: Cultura e Democracia*. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

DREIFUSS, R. A. 1981. *A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis: Vozes.

GADET, Francoise e HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7ª. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

HORTALE, Virginia Alonso e MORA, José-Ginés. Tendências das reformas da Educação Superior na Europa no contexto do Processo de Bolonha. *In: Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 937-960, Especial - Out. 2004. (<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a14v2588.pdf>, consulta em 10/03/09)

IÑIGUEZ, Lupicinio (Org.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LÉDA, Denise Bessa. *Universidade Nova/Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: mais uma dose da Reforma Universitária?* ANPED (GT: Política de Educação Superior / n.11, PICDT / CAPES), 2007. (<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT11-2936--Res.pdf>, consulta em 10/03/09)

MAINGUENEAU, Dominique. Pressupostos e subentendidos. *In: Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley Neves (Org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2000. Coleção educação contemporânea.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso & Leitura*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. 4ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

RAMOS, Marise Nogueira. 2^a. ed. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação*. SP: Cortez Editora, 2002.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial*. O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas, SP: Autores Associados, 1998 (Coleção educação contemporânea).

ROPÉ, Françoise & TANGUY, Lucie. (Org.) *Saberes e competências – o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

TREVISAN, Leonardo. *Educação e Trabalho – as receitas inglesas na era da instabilidade*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

APÊNDICE

Edições estudadas

1º ANO DE PUBLICAÇÃO – 1993

Agitação nº 01 – janeiro-fevereiro de 1993 – Ano I – 08 páginas;
Agitação nº 02 – março-abril de 1993 – Ano I – 12 páginas;
Agitação nº 03 – maio-junho de 1993 – Ano I – 16 páginas;
Agitação nº 04 – julho-agosto de 1993 – Ano I – 12 páginas;
Agitação nº 05 – setembro-outubro de 1993 – Ano I – 16 páginas;
Agitação nº 06 – novembro-dezembro de 1993 – Ano I – 20 páginas.

2º ANO DE PUBLICAÇÃO – 1994

Agitação nº 07 – janeiro-fevereiro de 1994 – Ano II – 24 páginas;
Agitação nº 08 – março-abril de 1994 – Ano II – 26 páginas;
Agitação nº 09 – maio-junho de 1994 – Ano II – 28 páginas;
Agitação nº 10 – julho-agosto de 1994 – Ano II – 32 páginas;
Agitação nº 11 – setembro-outubro de 1994 – Ano II – 24 páginas;
Agitação nº 12 – novembro-dezembro de 1994 – Ano II – 24 páginas.

3º ANO DE PUBLICAÇÃO – 1995

Agitação nº 13 – janeiro-fevereiro de 1995 – Ano III – 24 páginas;
Agitação nº 14 – março-abril de 1995 – Ano III – 24 páginas;
Agitação nº 15 – maio-junho de 1995 – Ano III – 24 páginas;
Agitação nº 16 – julho-agosto de 1995 – Ano III – 24 páginas;
Agitação nº 17 – setembro-outubro de 1995 – Ano III – 24 páginas;
Agitação nº 18 – novembro-dezembro de 1995 – Ano III – 24 páginas.

4º ANO DE PUBLICAÇÃO – 1996

Agitação nº 19 – janeiro-fevereiro de 1996 – Ano IV – 24 páginas.

5º ANO DE PUBLICAÇÃO - 1997

Agitação nº 20 – março-abril de 1997 – Ano V – 12 páginas;

Agitação nº 21 – novembro-janeiro de 1997 – Ano V – 12 páginas.

6º ANO DE PUBLICAÇÃO – 1998

Agitação nº 22 – fevereiro-abril de 1998 – Ano V – 24 páginas

A partir desta edição passa a constar na capa: “Publicação do CIEE Nacional”;

Agitação nº 23 – maio-julho de 1998 – Ano V (sic) – 44 páginas;

Agitação nº 24 – agosto-outubro de 1998 – Ano V – 60 páginas;

Agitação nº 25 – novembro-janeiro de 1999 – Ano V – 60 páginas.

7º ANO DE PUBLICAÇÃO – 1999

Agitação nº 26 – janeiro-fevereiro de 1999 – Ano VI – 60 páginas;

Agitação nº 27 – março-abril de 1999 – Ano V – 68 páginas;

Agitação nº 28 – maio-junho de 1999 – Ano V – 68 páginas;

Agitação nº 29 – julho-setembro de 1999 – Ano VI – 56 páginas;

Agitação nº 30 – outubro-dezembro de 1999 – Ano V – 60 páginas.

8º ANO DE PUBLICAÇÃO – 2000

Agitação nº 31 – janeiro-fevereiro de 2000 – Ano VI – 64 páginas;

Agitação nº 32 – março-abril de 2000 – Ano VI – 72 páginas;

Agitação nº 33 – maio-junho de 2000 – Ano VI – 68 páginas;

Agitação nº 34 – julho-agosto de 2000 – Ano VI – 68 páginas;

Agitação nº 35 – setembro-outubro de 2000 – Ano VI – 64 páginas;

Agitação nº 36 – novembro-dezembro de 2000 – Ano VI – 68 páginas.

9º ANO DE PUBLICAÇÃO – 2001

Agitação nº 37 – janeiro-fevereiro de 2001 – Ano VII – 64 páginas;

Agitação nº 38 – março-abril de 2001 – Ano VI – 80 páginas;

Agitação nº 39 – maio-junho de 2001 – Ano VI – 88 páginas;

Agitação nº 40 – julho-agosto de 2001 – Ano VI – 84 páginas;

Agitação nº 41 – setembro-outubro de 2001 – Ano VIII – 80 páginas;

Agitação nº 42 – novembro-dezembro de 2001 – Ano VIII – 80 páginas.

10º ANO DE PUBLICAÇÃO – 2002

Agitação nº 43 – janeiro-fevereiro de 2002 – Ano IX – 72 páginas;

Agitação nº 44 – março-abril de 2002 – Ano IX – 60 páginas;

Nesta edição, publicou-se encarte com Relatório de Atividades – 48 páginas;

Agitação nº 45 – maio-junho de 2002 – Ano IX – 80 páginas;

Agitação nº 46 – julho-agosto de 2002 – Ano IX – 84 páginas;

Agitação nº 47 – setembro-outubro de 2002 – Ano IX – 88 páginas;

Agitação nº 48 – novembro-dezembro de 2002 – Ano IX – 80 páginas.

Outras edições utilizadas

Agitação nº 55 – janeiro-fevereiro de 2004 – Ano X;

Agitação nº 60 – novembro-dezembro de 2004 – Ano X.